

Nº 159

**Duas décadas de desigualdade
e pobreza no Brasil medidas
pela Pnad/IBGE**

01 de outubro de 2013

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República Ministro Marcelo Côrtes Neri (interino)

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcelo Côrtes Neri

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Renato Coelho Baumann das Neves

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Rogério Boueri Miranda

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Rafael Guerreiro Osorio

Chefe de Gabinete

Sergei Suarez Dillon Soares

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

Comunicados do Ipea

Os *Comunicados do Ipea* têm por objetivo antecipar estudos e pesquisas mais amplas conduzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com uma comunicação sintética e objetiva e sem a pretensão de encerrar o debate sobre os temas que aborda, mas motivá-lo. Em geral, são sucedidos por notas técnicas, textos para discussão, livros e demais publicações.

Os *Comunicados* são elaborados pela assessoria técnica da Presidência do Instituto e por técnicos de planejamento e pesquisa de todas as diretorias do **Ipea**. Desde 2007, mais de cem técnicos participaram da produção e divulgação de tais documentos, sobre os mais variados temas. A partir do número 40, eles deixam de ser *Comunicados* da Presidência e passam a se chamar *Comunicados do Ipea*. A nova denominação sintetiza todo o processo produtivo desses estudos e sua institucionalização em todas as diretorias e áreas técnicas do **Ipea**.

Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela Pnad/IBGE

Sumário

1	Introdução	4
2	Evolução	6
2.1	Renda, posse de bens duráveis e acesso a serviços públicos essenciais.	6
2.2	Desigualdade	8
2.3	Bem-Estar	13
2.4	Educação	14
2.5	Pobreza.....	16
3	Para compreender as tendências recentes.....	22
3.1	Decomposição por fontes de mudanças na renda domiciliar <i>per capita</i>	22
3.2	Decomposições por fontes de renda da desigualdade de renda domiciliar per capita 24	
3.3	Decomposições de mudanças na incidência da extrema pobreza	27
4	Desigualdades entre grupos.....	30
4.1	O crescimento da renda dos grupos menos privilegiados	30
4.2	A relação da desigualdade entre grupos com a desigualdade total	32
4.3	Participação dos grupos menos privilegiados na pobreza	35
5	2013 visto pela ótica da PME	37
5.1	Média e Mediana de Renda	37
5.2	Desigualdade.....	39
5.3	Efeito-ano.....	41
6	Conclusões.....	43
7	Referências bibliográficas	45

Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela Pnad/IBGE¹

1 Introdução

Em 2012, o produto interno bruto (PIB) per capita da China voltou a se destacar no cenário internacional, registrando expansão real de 7,3%, enquanto o produto por pessoa no mundo não cresceu mais do que 1%. No mesmo ano, o PIB per capita brasileiro mal se alterou. Subiu apenas 0,1% em termos reais. Ao mesmo tempo, os microdados de mais de 360 mil pessoas entrevistadas em todo o país na última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), que acaba de ser divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), informam que a renda domiciliar per capita, já descontada a inflação, cresceu 8% no Brasil em 2012, mais do que o PIB per capita chinês.

O descolamento entre o PIB calculado nas Contas Nacionais e a renda informada pela população em pesquisas domiciliares não é novo. Em outro comunicado como este, lançado em dezembro último, Neri (2012) já apontava a distância entre o “pibinho” que se projetava para aquele ano e o expressivo crescimento em 12 meses dos valores, então disponíveis até outubro, de rendas do trabalho (6,8%), da previdência (6,1%) e do Programa Bolsa Família (12,2%). Mostrava-se que o fenômeno observado nas Pnads do período 2004-2011 poderia se repetir na nova edição que já tinha ido a campo, mas só seria divulgada em setembro de 2013.

Mesmo para quem já acompanhava esses números, a ampliação da discrepância entre o PIB e a renda domiciliar da Pnad 2012 surpreende. Enquanto o PIB brasileiro cresceu 0,9% em termos reais, a renda total das famílias cresceu 8,9% a mais do que a inflação.

Este comunicado apresenta as primeiras análises do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) a partir dos microdados da Pnad 2012 do IBGE, concentradas em indicadores de pobreza, desigualdade, acesso a bens e, claro, crescimento da renda per capita e seus determinantes, com destaque para a educação. Os novos dados da Pnad são confrontados com sua série histórica desde 1992, período em que a metodologia se mantém, o que permite analisar duas décadas de evolução da pobreza e da desigualdade segundo a renda domiciliar per capita, que o IBGE não calcula em sua síntese de indicadores, mas serve de base à literatura social e a importantes políticas públicas.

Como já sugeriam antes da Pnad os dados mensais da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), que o mesmo IBGE realiza nas seis maiores regiões metropolitanas do Brasil, a intensa queda da desigualdade de renda domiciliar per capita experimentada pelo país na última década se desacelerou em 2012. Por outro lado, os microdados mais recentes da PME, que já avança até agosto de 2013, permitem-nos mostrar que a queda da desigualdade continua e volta a ganhar força nos últimos meses, ao menos segundo a maior fonte de renda (o trabalho) nas principais áreas onde se concentra a população do país.

O crescimento da renda em 2012 foi excepcionalmente forte em todas as camadas da pirâmide social brasileira. Dividindo a população em dez partes iguais ordenadas pela renda domiciliar per capita, a menor taxa de crescimento observada foi a do segundo grupo mais rico, de 6,5%. O maior crescimento foi o dos 10% mais pobres, cuja renda cresceu 14%, já

¹ Este Comunicado do Ipea é baseado em texto homônimo de Marcelo Côrtes Neri, Fabio Monteiro Vaz e Pedro Ferreira de Souza. Ele foi realizado nos três dias após a publicação dos microdados da Pnad 2012. Agradecimentos especiais à assistência e comentários de Marcos Hecksher, Luísa Melo, Alexandre de Carvalho, Rafael Braga e Sergei Soares.

descontada a inflação. Os 10% mais ricos obtiveram crescimento de 8,3%. Os 40% mais pobres, de 9,9%.

Se a população for dividida em frações menores, é possível observar que a renda dos 5% mais ricos cresceu 9,4% e a do 1% mais rico cresceu 16,1%, mas, ao mesmo tempo, a dos 5% mais pobres cresceu 20%. Assim, medidas de desigualdade mais sensíveis a transferências de renda à população mais pobre, como o índice L de Theil, caíram mais do que outras como o índice de Gini, mais sensível ao crescimento próximo da mediana.

Entre os 12% mais ricos, a desigualdade subiu em 2012. Em compensação, a fatia do bolo aumentou para qualquer fração mais pobre da população indo até 88% do total. Assim, mesmo com o ritmo desacelerado na queda das medidas sintéticas de desigualdade, a melhora observada na distribuição de renda em favor dos mais pobres foi capaz de contribuir até mais para a queda da extrema pobreza que o forte crescimento médio de 8%. Com esse padrão de alto crescimento pró-pobre, a proporção de pessoas abaixo da linha oficial de extrema pobreza (R\$ 70 per capita em julho de 2011) corrigida pela inflação caiu de 4,2% em 2011 para 3,6% em 2012, quando 6,5 milhões de pessoas viviam nessa situação.

Na educação, em que pese o repique da taxa de analfabetismo após a sensível queda de 2011, os principais resultados da Pnad 2012 são particularmente bons. A escolaridade média em anos de estudo da população ocupada e a desigualdade educacional já vêm melhorando continuamente nas duas últimas décadas, mas, após uma desaceleração em 2011, o ano de 2012 registrou o melhor avanço nas séries históricas de ambos indicadores nos últimos 20 anos.

Há ainda outras questões importantes a responder. O Brasil cumpre a meta de pobreza da ONU? Qual tem sido o papel do crescimento e da redução da desigualdade na superação da miséria? Como evoluíram a renda e o acesso a bens de grupos tradicionalmente mais excluídos, como analfabetos, negros, nordestinos, moradores de favelas ou do campo? Quais foram as contribuições das rendas do trabalho, da previdência, do Bolsa Família e de outros programas sociais nessas mudanças? Qual foi o papel das políticas educacionais e do salário mínimo? Esses serão alguns dos tópicos abordados nas próximas seções.

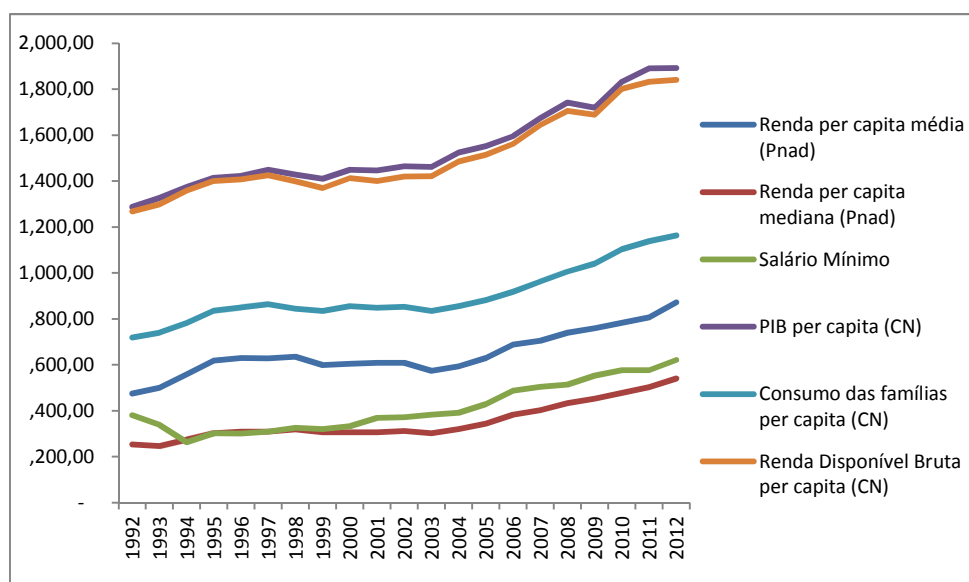
2 Evolução

Nesta seção, nós narramos a evolução dos principais indicadores de rendimentos, posse de bens duráveis e acesso a serviços públicos essenciais estimados a partir da Pnad/IBGE. Em seguida mostraremos a evolução da pobreza e da desigualdade de rendimentos medida pela renda domiciliar per capita. A questão que norteia essa parte é: como a renda, a pobreza e a desigualdade de rendimentos dos domicílios evoluíram nas duas últimas décadas? Para qualificar a informação, esses indicadores são comparados com aqueles obtidos a partir de outras fontes, como as Contas Nacionais (CN) e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Como o ponto focal desta nota são os dados da Pnad, restringimos a análise ao período de 1992-2012, pois este compreende o período no qual a Pnad seguiu uma mesma metodologia de captação de dados de renda, ocupação e escolaridade, entre outros temas. Nesse período, a Pnad só não foi a campo em 1994, 2000 e 2010, estes dois últimos anos por conta da realização do Censo Demográfico.

2.1 Renda, posse de bens duráveis e acesso a serviços públicos essenciais.

O Gráfico 1 mostra alguns indicadores de rendimentos medidos a partir da Pnad e das Contas Nacionais. Seguindo a tendência observada desde 2004, a renda domiciliar per capita aumentou em 2012, atingindo o valor de R\$ 871,77. Em termos reais, foi uma evolução impressionante: crescimento de 8% em comparação com 2011 (Tabela 1), praticamente a mesma variação do poder de compra do salário mínimo entre outubro de 2011 e outubro de 2012².

Gráfico 1. Indicadores de rendimento e consumo das famílias, 1992-2012



Fonte: Ipea, a partir dos microdados das Pnads 1992-2012. Sistema de Contas Nacionais.

Nota: Dados da Pnad exclusive áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins). Valores em R\$ de 2012. Valores da Pnad de 1994, 2000 e 2010 obtidos por interpolação linear.

² A comparação dos valores dos rendimentos reais entre outubro de 2011 e outubro de 2012 decorre do período de referência da Pnad.

A evolução da renda domiciliar per capita medida pela Pnad contrasta com aquilo que se obtém do Sistema de Contas Nacionais e de seus agregados mais conhecidos: o PIB per capita e o consumo das famílias per capita. A taxa de variação destes dois últimos foi muito inferior: o PIB per capita cresceu 0,1% entre 2011 e 2012, e o consumo das famílias cresceu 2,2% (Tabela 1). Esse descolamento entre a Pnad e as Contas Nacionais não é novo e já havia sido registrado em um documento anterior do Ipea (Neri e Souza, 2012). Apesar de o PIB per capita e a renda disponível bruta per capita não serem as melhores escolhas para se medir o padrão de vida das famílias – pois compreendem as fontes de rendimento de todos os agentes da economia: famílias, governo, empresas e instituições sem fins lucrativos – deveria se esperar uma melhor correspondência entre a despesa de consumo das famílias captada pelas Contas Nacionais e a renda domiciliar per capita captada pela Pnad.

Tabela 1. Taxa de variação anual dos indicadores de rendimentos e de consumo em períodos selecionados (%)

Indicador	1992/2012	1992/2002	2002/2012	2011/2012
PIB per capita	1,94	1,29	2,59	0,06
Consumo das famílias per capita	2,44	1,73	3,15	2,23
Renda per capita média	3,09	2,53	3,65	7,98
Renda per capita mediana	3,85	2,10	5,64	7,60
Salário mínimo	2,49	-0,22	5,26	7,89
Pop. com conjunto básico de bens (p.p.)*	1,78	1,72	1,84	2,16
Pop. com conjunto básico de serviços (p.p.)**	0,93	1,06	0,81	0,98

Fonte: Ipea, a partir dos microdados das Pnads 1992, 2002, 2011 e 2012. Sistema de Contas Nacionais.

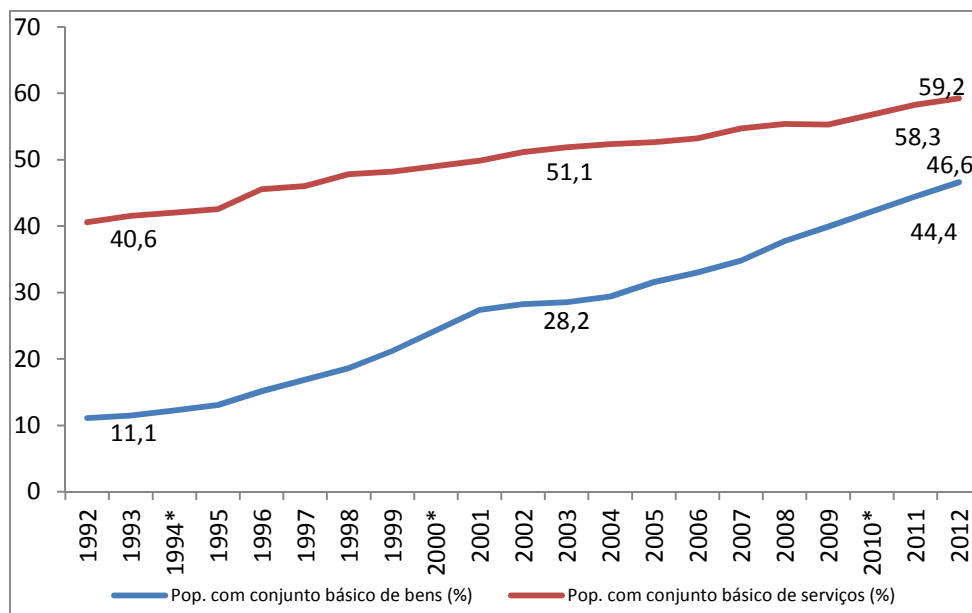
Nota: Dados da Pnad exclusive áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins). Taxa de variação do salário mínimo calculada de outubro do primeiro ano a outubro do último ano.

A Tabela 1 mostra a taxa de variação da renda em períodos selecionados. Na comparação de décadas, observa-se que o período de 2002 a 2012 foi particularmente benéfico para as famílias: a renda domiciliar per capita aumentou 3,6% ao ano *vis-à-vis* 2,5% na década anterior, e resultados semelhantes foram sentidos para o PIB per capita e para o consumo per capita das famílias. O salário mínimo, que viu seu poder de compra diminuir 0,22%, ao ano entre 1992 e 2002, na década seguinte subiu 5,26% anuais além da inflação, contribuindo para o aumento da renda das famílias e para a queda da desigualdade observada nesse período.

Os avanços mostrados pela Pnad não se restringem apenas à renda domiciliar; em 2012 observou-se também uma expansão no número de pessoas com acesso a serviços públicos essenciais e a uma combinação de bens de consumo duráveis (Gráfico 2). O percentual de pessoas que tiveram acesso simultaneamente a energia elétrica, coleta de lixo (direta ou indireta), esgotamento sanitário adequado (rede geral ou fossa séptica ligada à rede) e acesso adequado à rede geral de água aumentou 1 ponto percentual (p.p.) em 2012, atingindo o universo de 59,2% da população. Da mesma forma, houve um aumento de 2,2 p.p. da população moradora em domicílios com telefone, televisão a cores, fogão com duas bocas ou mais, geladeira, rádio e máquina de lavar, que corresponderam a 46,6% da população em 2012. No período de 1992 a 2012, a população que teve acesso a serviços públicos essenciais e a bens duráveis básicos aumentou 0,9 p.p. e 1,8% p.p. ao ano, respectivamente. Tanto para todo o período quanto para cada década separadamente, a conclusão que se tira dos dados da Pnad é que as condições privadas de vida das famílias – representadas tanto pela renda

domiciliar per capita quanto pela posse de bens duráveis – avançaram mais do que a provisão de serviços públicos essenciais por parte do Estado.

Gráfico 2. Posse de bens duráveis e acesso a serviços públicos essenciais, 1992-2012



Fonte: Ipea, a partir dos microdados das Pnads 1992-2012.

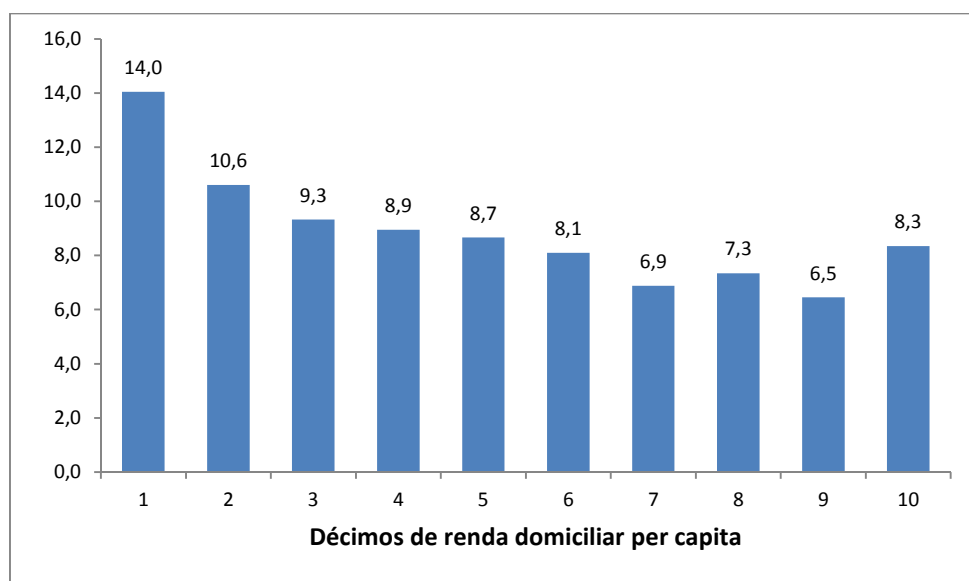
Notas: Conjunto básico de bens = telefone (fixo ou celular), televisão em cores, fogão com duas bocas ou mais, geladeira, rádio e máquina de lavar. Conjunto básico de serviços = eletricidade + coleta de lixo (direta ou indireta) + esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica ligada à rede) + água (rede geral). Excluídas áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins). Valores de 1994, 2000 e 2010 obtidos por interpolação linear.

2.2 Desigualdade

Na seção anterior foi vista a evolução da renda domiciliar per capita nas últimas duas décadas. Nesta parte, queremos saber se essa trajetória da renda foi uniforme entre os domicílios ou se ocorreu de maneira diferenciada ao longo da distribuição de rendimentos. Em particular, queremos saber se houve concentração da renda em uma pequena parcela da população ou se os indivíduos mais pobres aumentaram a sua fatia no bolo composto pelo total dos rendimentos.

O Gráfico 3 mostra a variação da renda domiciliar per capita de cada décimo da população entre 2011 e 2012, ordenada dos mais pobres para os mais ricos. Enquanto os 10% mais pobres experimentaram um aumento de 14% nos rendimentos domiciliares per capita, o aumento de renda obtido pelos 10% mais ricos foi de 8,3%.

Gráfico 3. Taxa de variação da renda domiciliar per capita por décimos da população, 2011-2012 (%)



Fonte: Ipea, a partir dos microdados das Pnads 2011 e 2012.

Nota: Exclusive áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins).

Não obstante o crescimento da renda ter sido maior para os décimos mais pobres, as diferenças de renda entre as famílias permaneceram muito elevadas: o rendimento dos 40% mais pobres foi de R\$ 241,81 per capita, enquanto os 5% mais ricos tiveram um rendimento médio de R\$ 5.178,37 per capita (Tabela 2).

Tabela 2. Renda domiciliar per capita por estratos da população

Estrato	Média (R\$)			Variação Anual (%)		
	1992	2002	2012	1992/2002	2002/2012	2011/2012
Décimos						
1	32,12	48,33	91,71	4,17	6,61	14,05
2	80,83	107,04	204,93	2,85	6,71	10,60
3	122,63	156,65	290,59	2,48	6,37	9,32
4	169,43	209,22	380,01	2,13	6,15	8,95
5	222,14	275,75	483,07	2,19	5,77	8,66
6	290,53	357,67	602,30	2,10	5,35	8,10
7	378,29	462,98	730,53	2,04	4,67	6,88
8	510,48	638,27	952,54	2,26	4,09	7,34
9	776,56	983,49	1350,09	2,39	3,22	6,45
10	2163,56	2853,57	3631,89	2,81	2,44	8,34
Especiais						
1% mais ricos	6.217,01	8.133,86	10.891,49	2,72	2,96	16,11
5% mais ricos	3.070,02	4.075,25	5.178,37	2,87	2,42	9,43
40% mais pobres	101,25	130,31	241,81	2,55	6,38	9,87

Fonte: Ipea, a partir dos microdados das Pnads 1992, 2002, 2011 e 2012.

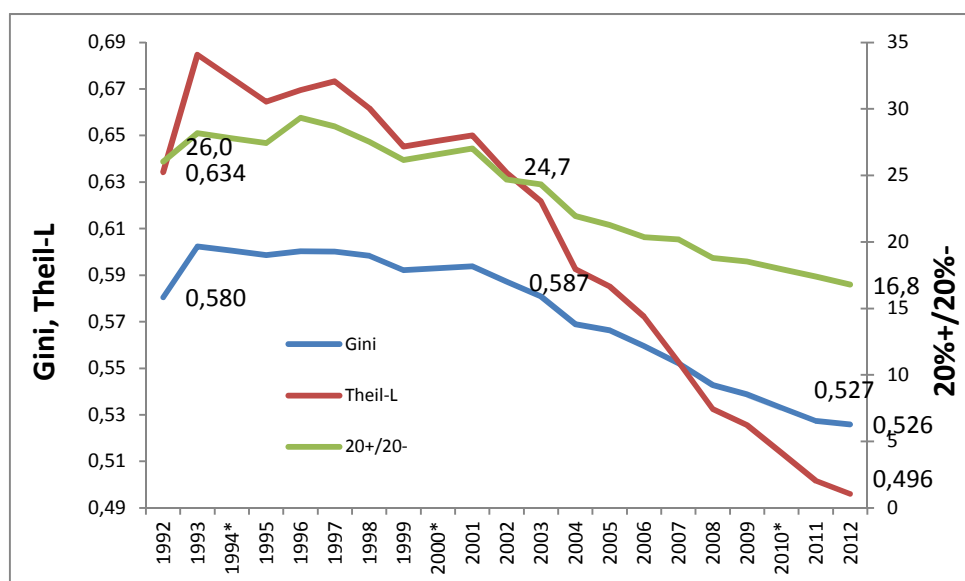
Nota: Exclusive áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins). Valores em R\$ de 2012.

A análise das duas últimas décadas (Tabela 2) mostra que as pessoas mais pobres foram bastante beneficiadas nos últimos 10 anos: enquanto a renda média dos 40% mais pobres aumentou 6,4%, ao ano, o aumento para os 5% mais ricos foi de 2,4%, ao ano. Essa evolução foi bastante diversa daquela ocorrida na década anterior: no período 1992-2002, o crescimento da renda dos 5% mais ricos da população superou aquele dos 40% mais pobres (2,87%, ao ano, contra 2,55% respectivamente).

Para uma percepção mais completa da evolução da desigualdade, no entanto, é necessário recorrer ao uso de indicadores sintéticos, os mais notórios sendo o índice de Gini e a medida L de Theil. Ambos são índices que variam entre zero e um, sendo 0 (zero) o caso de uma sociedade perfeitamente igualitária e 1 (um) o caso no qual apenas um indivíduo recebe toda a renda da sociedade. Em outras palavras, quanto maior o valor do índice, maior é a desigualdade de rendimentos. As diferenças de valores entre o Gini e o Theil-L devem-se à sensibilidade que estes índices possuem às transferências regressivas que ocorrem em diferentes partes da distribuição. Hoffmann (1991) mostra que o Theil-L é mais sensível a transferências entre pessoas relativamente pobres, enquanto o Gini é mais sensível a transferências que ocorrem no ponto onde a densidade de probabilidade do logaritmo da renda é maior – em geral, perto da mediana. O

Gráfico 4 mostra a evolução da desigualdade no período 1992-2012. Além dos índices de Gini e de Theil-L (escala no eixo esquerdo do gráfico), mostra-se também a razão 20+/20- (escala no eixo direito do gráfico). A razão 20+/20- representa o quanto que os 20% mais ricos da população abocanham do bolo de rendimentos em relação aos 20% mais pobres. Quanto maior for essa razão, mais desigual é a sociedade.

Gráfico 4. Indicadores de desigualdade, 1992-2012



Fonte: Ipea, a partir dos microdados das Pnads 1992-2012.

Notas: Exclui áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins). Valores de 1994, 2000 e 2010 obtidos por interpolação linear.

Os dados revelam que desde 2002 vem diminuindo a desigualdade da renda domiciliar per capita, apesar de um dos indicadores – o índice de Gini – ter permanecido praticamente estável na comparação entre 2011 e 2012.

A Tabela 3 compara esses indicadores e a razão 10+/40- em pontos específicos das duas últimas décadas. Fica evidente, através das variações anuais, a força do processo igualitário que se manifestou no período 2002-2012, depois de uma década de movimento

errático no que diz respeito à evolução da desigualdade. Enquanto indicadores como o índice de Gini e a razão 10+/40- apresentaram uma redução consistente nos últimos dez anos, no período anterior observou-se um pequeno aumento.

Tabela 3. Indicadores de desigualdade de anos selecionados

Indicador	Valor			Variação anual (%)		
	1992	2002	2012	1992/2002	2002/2012	2011/2012
Gini	0,58	0,587	0,526	0,12	-1,09	-0,3
Theil-L	0,634	0,634	0,496	0,00	-2,42	-1,1
Razão 20+/20-	26	24,7	16,8	-0,51	-3,78	-3,4
Razão 10+/40-	5,3	5,5	3,8	0,37	-3,63	-1,40

Fonte: Ipea, a partir dos microdados das Pnads 1992, 2002, 2011 e 2012.

Notas: Excluídas áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins).

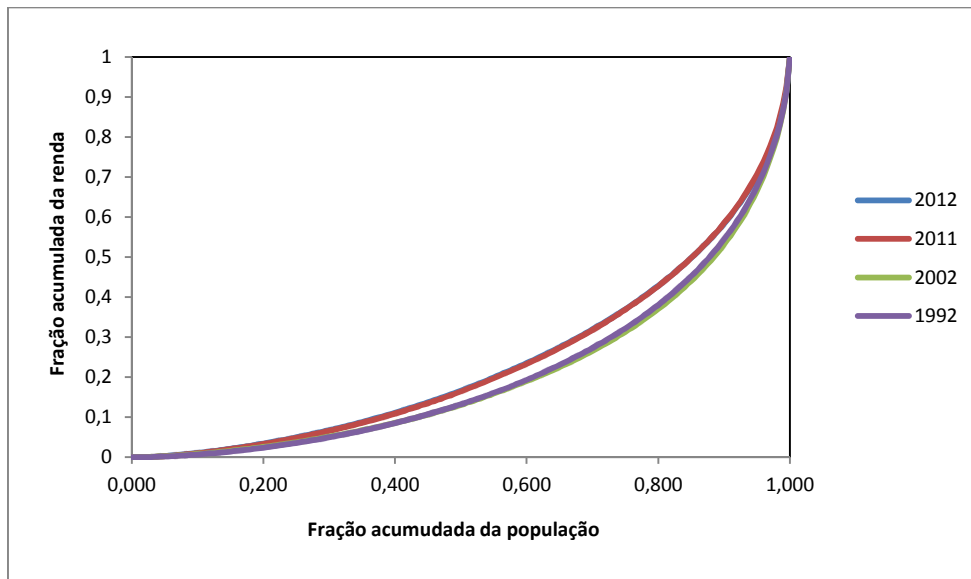
Conforme foi dito anteriormente, o fato dos indicadores de desigualdade não apresentarem comportamento unânime em determinados períodos deve-se à sensibilidade desses indicadores a transferências de rendas que ocorrem entre pessoas em diferentes pontos da distribuição. Ou seja, nenhum indicador está errado: eles apenas diferem no que diz respeito ao julgamento normativo que possuem sobre a desigualdade em diferentes pontos da distribuição. Para um índice que atribua grande sensibilidade às transferências de renda que ocorram entre os mais pobres, importa pouco o que tenha ocorrido aos mais ricos.

Uma forma de comparar a desigualdade em dois períodos no tempo que contemple todos os possíveis julgamentos normativos pode ser feita com o uso das chamadas *curvas de Lorenz*. A curva de Lorenz nada mais é que uma representação gráfica contendo no eixo horizontal a fração acumulada da população, ordenada segundo a renda domiciliar per capita (do mais pobre para o mais rico), e no eixo vertical contendo a fração acumulada da renda dessa mesma população. Se todos os indivíduos tiverem a mesma renda, ambas as frações acumuladas mostradas nos eixos (da renda e da população) seriam iguais, e a curva de Lorenz seria representada por uma reta de 45 graus saindo da origem – a reta de igualdade perfeita. No caso das rendas não serem perfeitamente distribuídas, a curva de Lorenz será estritamente convexa.

A importância do uso das curvas de Lorenz reside no fato de que elas podem ser utilizadas para uma análise de dominância da desigualdade. Um resultado geral da literatura é que se uma curva de Lorenz domina a outra (isto é, fica “em cima” da outra em todos os pontos internos), qualquer medida de desigualdade válida terá que ser menor na curva que domina e maior na curva dominada (Fields, 2002).

O Gráfico 5 mostra a curva de Lorenz de anos selecionados. O que se depreende do gráfico é que as curvas de 2011 e 2012 situam-se acima das curvas de 1992 e 2002, ou seja, houve indubitavelmente uma queda na desigualdade brasileira nas últimas duas décadas. Ademais, a partir da informação contida na curva de 2012, percebe-se, por exemplo que os 40% mais pobres detinham uma fração de 11,1% da renda domiciliar total, e que os 60% mais pobres detinham uma fração de 23,5% do bolo de rendimentos. Tais números dão uma ideia de quão desigual é a sociedade brasileira, apesar dos avanços registrados nos últimos anos.

Gráfico 5. Curva de Lorenz de anos selecionados

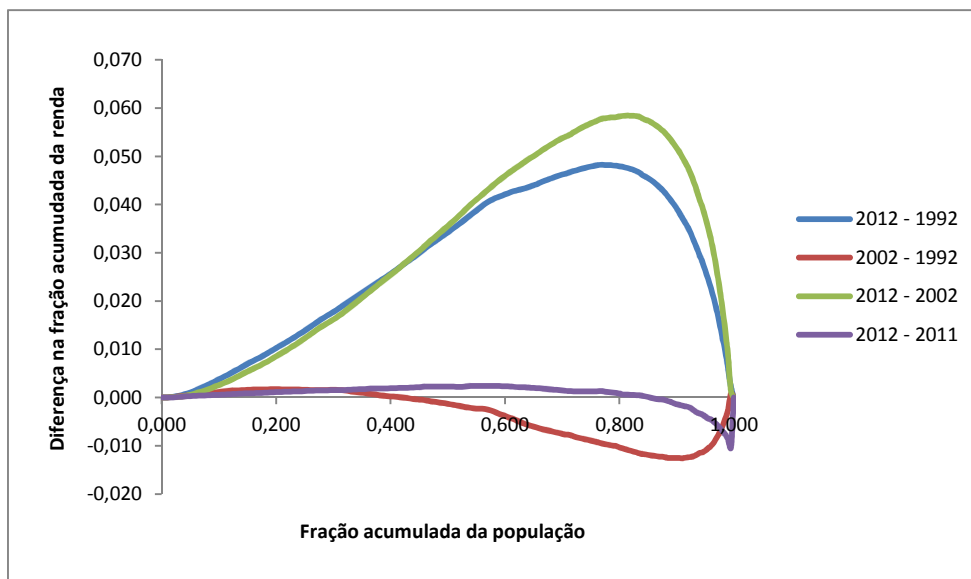


Fonte: Ipea, a partir dos microdados das Pnads 1992, 2002, 2011 e 2012.

Notas: Exclusive áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins).

A curva de Lorenz é boa para analisar a desigualdade de renda em um determinado ano. Se o objetivo é analisar o aumento ou a queda da desigualdade em diferentes anos, no entanto, a representação gráfica da curva de Lorenz não é muito eficaz. Por exemplo, observando-se apenas o Gráfico 5, é difícil concluir se a desigualdade foi menor em 2011 ou em 2012, pois as curvas de Lorenz destes anos estão muito próximas uma da outra. Para uma análise visual mais eficaz, devemos observar as diferenças entre as curvas de Lorenz de dois anos selecionados. Isso é mostrado no Gráfico 6.

Gráfico 6. Diferenças entre as curvas de Lorenz de anos selecionados



Fonte: Ipea, a partir dos microdados das Pnads 1992, 2002, 2011 e 2012.

Notas: Exclusive áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins).

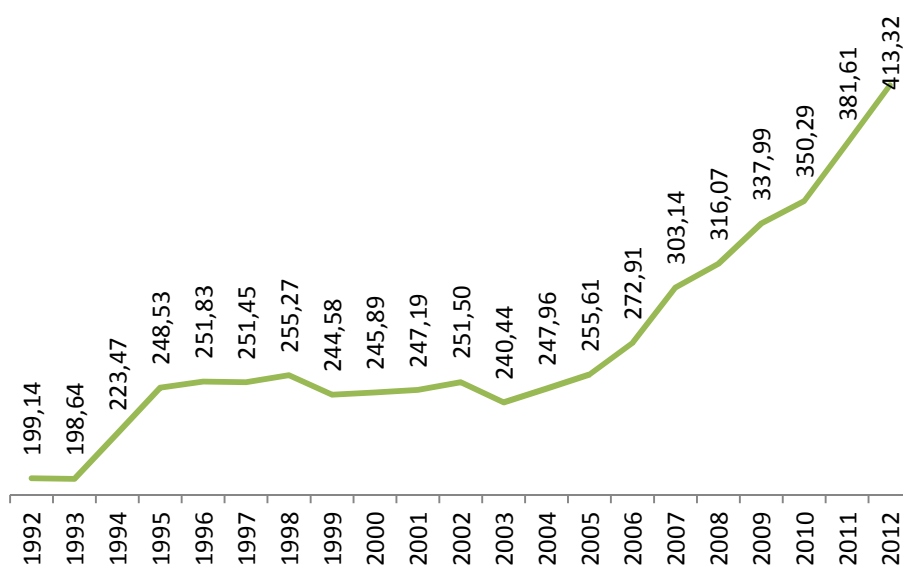
A análise das diferenças entre as curvas de Lorenz mostradas no Gráfico 6 permite extrair algumas conclusões relevantes. Em primeiro lugar, conforme já havia sido constatado a partir do Gráfico 5, a curva de Lorenz de 2012 situa-se totalmente acima das curvas de 1992 e 2002. Em segundo lugar, comparando-se 1992 e 2002, observa-se um cruzamento das curvas de Lorenz. Ou seja, até aproximadamente o centil 45 (45% mais pobres), a fração da renda acumulada por esse grupo em 2002 era maior do que em 1992. A partir desse centil, observa-se o contrário: a fatia do bolo acumulado da renda pelos mais pobres torna-se menor. Ou seja, não é possível estabelecer uma conclusão unânime para a evolução da desigualdade entre esses dois anos: dependendo do índice escolhido e do peso que ele atribui a transferências em diferentes pontos da distribuição, a desigualdade pode ter aumentado ou pode ter diminuído. Isso explica as diferenças entre os índices de Gini e de Theil-L mostradas na Tabela 3, no qual o primeiro indica um aumento na desigualdade de renda entre 1992 e 2002, enquanto o segundo aponta para uma ligeira queda na desigualdade nesse período.

Finalmente, comparando-se 2012 com 2011, percebe-se que também não é possível tecer considerações unânimes a respeito da evolução da desigualdade nesse período. Isso porque a curva de Lorenz de 2012 cruza a de 2011 aproximadamente no centil 88, denotando a falta de dominância de uma curva em relação à outra. No entanto, dominâncias de curvas de Lorenz entre anos consecutivos são difíceis de se obter, e apenas um índice de desigualdade que atribui grande sensibilidade às transferências que ocorrem entre os indivíduos mais ricos seria capaz de apontar um aumento na desigualdade para curvas que se cruzam apenas no centil 88. Para a maior parte dos índices de desigualdade aceitos – e considerando os julgamentos normativos embutidos em suas concepções – houve uma queda na desigualdade de rendimentos entre 2011 e 2012.

2.3 Bem-Estar

A fim de fornecer uma síntese dos avanços de renda e desigualdade, acoplamos os efeitos da média e do índice de gini das seções anteriores numa função bem-estar social simples proposta por Sen (Sen, 1992). Essa função multiplica a renda média pela medida de equidade, dada por 1 menos o índice de Gini, isto é, Média * (1 – Gini). Logo, a desigualdade funciona como um fator redutor de bem-estar em relação ao nível da renda média. Por exemplo, a renda média de R\$ 872 mensais por brasileiro seria o valor do bem-estar social segundo a medida simples de Sen, se a equidade fosse plena. Mas, dada a desigualdade, o resultado corresponde a 47,4% desse valor, R\$ 413 reais, dada a desigualdade atual brasileira. Apresentamos no gráfico 7 a evolução ano a ano da combinação renda e desigualdade, dada por essa medida de bem-estar.

Gráfico 7. Indicadores de Bem-Estar Social, 1992-2012



Fonte: Ipea, a partir dos microdados das Pnads 1992-2012.

Notas: Exclui áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins). Valores de 1994, 2000 e 2010 obtidos por interpolação linear.

2.4 Educação

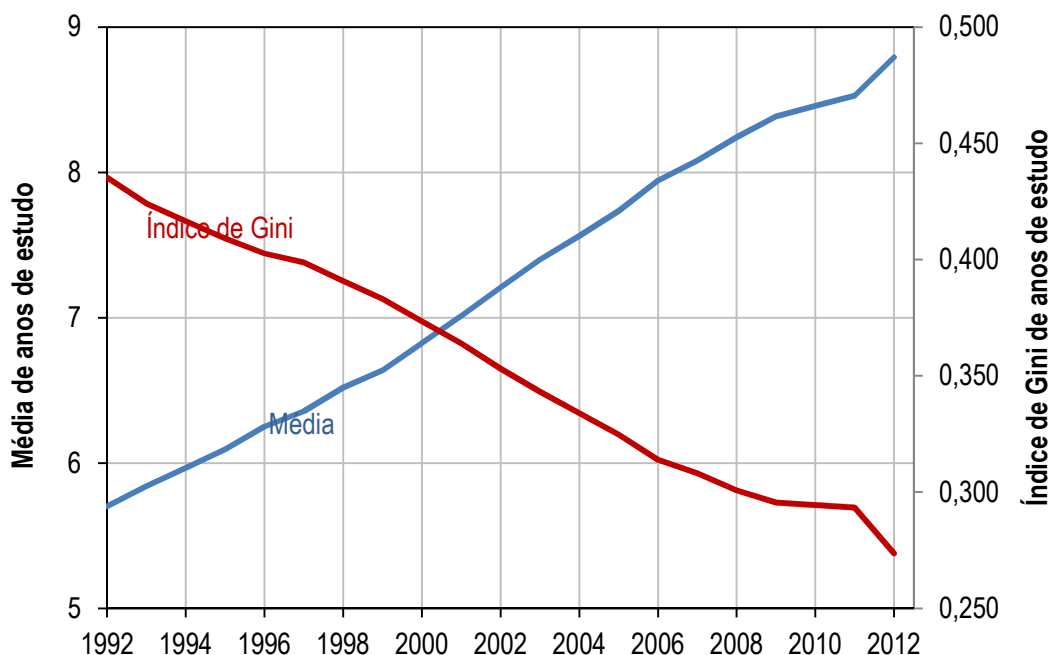
Os avanços educacionais foram uma das principais mudanças sociais no Brasil nas últimas duas décadas. Ao contrário de outros momentos de nossa história, a expansão do acesso promoveu tanto o aumento da escolaridade média quanto a redução da desigualdade educacional, o que, por sua vez, teve efeitos positivos para a redução da desigualdade de renda.

O gráfico 8 mostra a evolução destes dois indicadores – média e desigualdade (medida pelo índice de Gini) – para os anos de estudo da população ocupada remunerada entre 1992 e 2012. Apenas para recapitular, os anos de estudos variam entre zero (para quem nunca frequentou escola) e 15 (para quem completou o nível superior). Por definição, quem completa o Ensino Fundamental tem oito anos de estudo e quem completa o Ensino Médio, 11.

Os dois indicadores apresentam trajetórias claramente divergentes. Enquanto a média de anos de estudo cresce linearmente, a desigualdade cai. Em 1992, a força de trabalho brasileira conjugava baixa escolaridade (média de 5,7 anos) com grande desigualdade (Gini de 0,435); duas décadas depois, a média subiu para 8,8 anos (crescimento de 54%) e o Gini caiu para 0,274 (queda de 37%).

Mais ainda, não só os dados da Pnad 2012 confirmam a continuidade dessas tendências, como os números aparecem ainda mais favoráveis: a variação de 2011 para 2012 é a melhor em toda a série tanto para o aumento absoluto da média (0,3 anos de estudo) quanto para a diminuição do Gini (-7%).

Gráfico 8. Média e índice de Gini dos anos de estudo da população ocupada remunerada – Brasil, 1992/2012



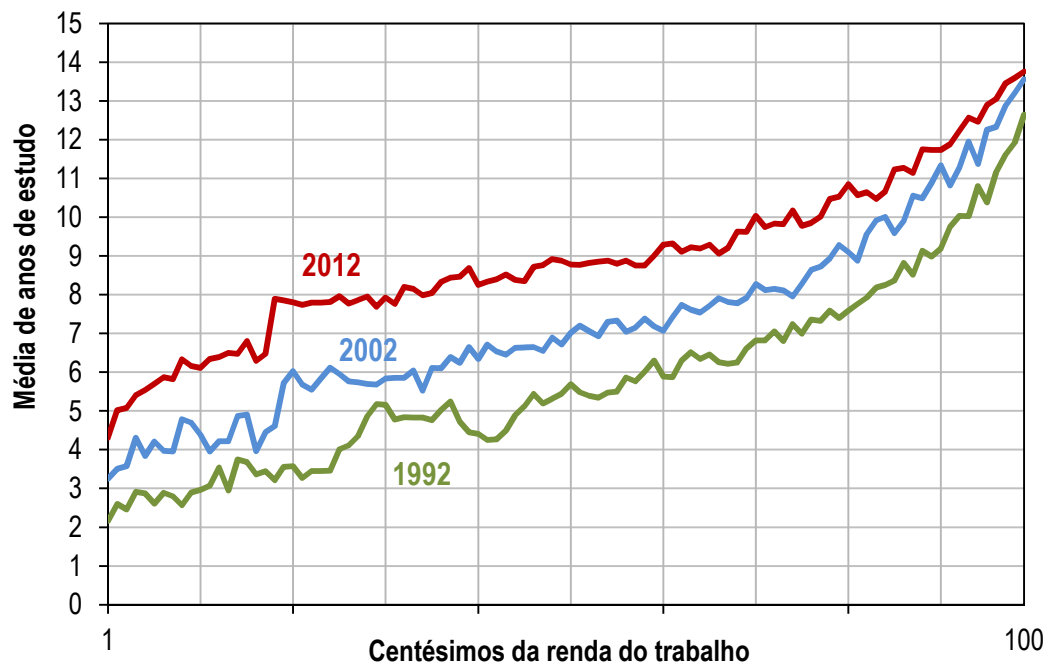
Fonte: Ipea a partir dos microdados das Pnads 1992/2012.
Observação: exclusive áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins).

Nota-se em particular, apesar da estagnação da taxa de analfabetismo em 2012, uma melhoria da média e desigualdade dos anos completos de estudo – para a população ocupada ou ainda para aquela em qualquer situação com 25 anos ou mais de idade – superior à de quase todos os anos da série. A única exceção é 2006 para a população acima de 25 anos de idade, que apresenta avanço de anos completos de estudo ligeiramente superior ao de 2012.

O gráfico 9 oferece outra ilustração da dupla tendência de melhora educacional com queda da desigualdade, ao apresentar a média de anos de estudo por centésimos da renda do trabalho para 1992, 2002 e 2012.

Como esperado, nos três casos há uma clara correlação positiva entre maior escolaridade e maior rendimento, mas as diferenças entre as três curvas chamam ainda mais a atenção. Desde 1992, pode-se perceber grande melhora educacional ao longo de toda a distribuição, em especial entre os mais pobres. Se, em 1992, apenas os 15% mais ricos tinham média superior a oito anos de estudo – o suficiente para completar o Ensino Fundamental –, em 2012 apenas o terço mais pobre da distribuição está abaixo deste patamar.

Gráfico 9. Médias de anos de estudo por centésimos da renda do trabalho – Brasil, 1992, 2002 e 2012



Fonte: Ipea a partir dos microdados das Pnads 1992, 2002, 2011 e 2012.
Observação: exclusive áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins).

Em suma, o progresso educacional brasileiro nas últimas duas décadas é inegável, embora ainda tenhamos enormes desafios pela frente, tanto quantitativos quanto qualitativos. Importantes avanços foram feitos tanto na expansão do acesso quanto na melhoria do fluxo escolar, o que resultou em uma força de trabalho mais educada e homogênea.

2.5 Pobreza

A pobreza, assim como a desigualdade, pode ser medida de diferentes formas. A medida de pobreza mais utilizada nos trabalhos acadêmicos é a proporção de pobres. Seja z o valor da linha de pobreza e considere uma população de n pessoas com renda ordenada de forma ascendente, $y_1 \leq \dots \leq y_q \leq \dots \leq y_n$. A proporção de pobres (P) é simplesmente a razão entre o número de pessoas que vive abaixo da linha de pobreza (q) e a população total (n):

$$P(0) = \frac{q}{n}$$

Por ser a proporção de pobres uma medida que desconsidera mudanças de renda ocorridas no interior da população pobre, a análise de pobreza é frequentemente complementada com o uso de outra medida, o hiato de pobreza:

$$P(1) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \left(\frac{z - y_i}{z} \right)$$

O hiato de pobreza representa a distância média da renda dos indivíduos pobres em relação à linha de pobreza, calculada como uma razão da linha de pobreza. Quanto menor o hiato, mais próximas as rendas dos indivíduos pobres estão da linha de pobreza.

Por fim, Foster, Green e Thorbecke (1984) desenvolveram um índice de pobreza geral, que inclui tanto a proporção de pobres quanto o hiato de pobreza como casos especiais. O índice criado por eles – denominado FGT – é baseado no hiato de pobreza individual, $g_i = z - y_i$, mas permite que se estabeleça um peso maior para os indivíduos mais pobres entre os pobres da distribuição de renda, dependendo do valor que se atribui ao parâmetro α da função:

$$P(\alpha) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \left(\frac{z - y_i}{z} \right)^\alpha \quad \text{onde } \alpha \geq 0$$

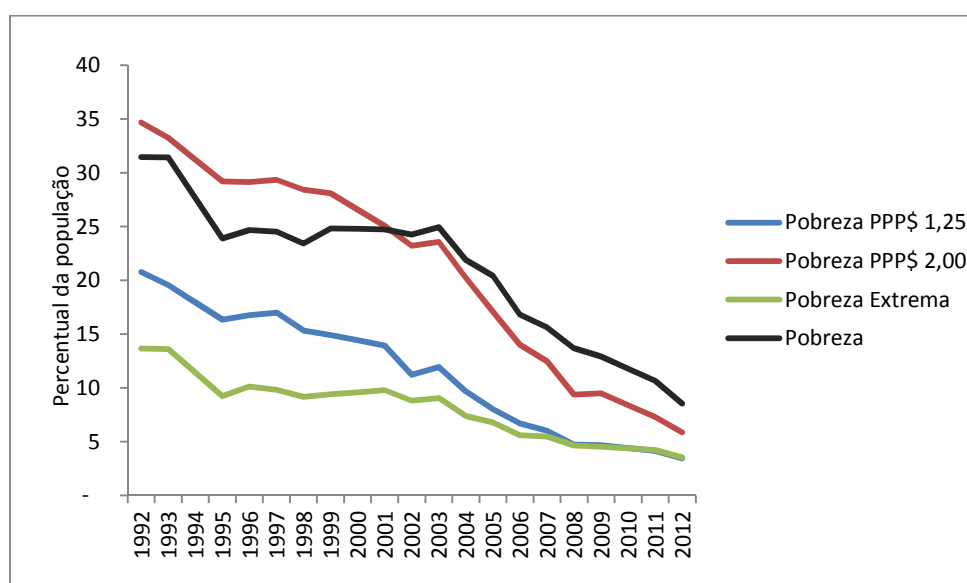
Assim, o parâmetro α pode ser considerado uma medida de aversão à desigualdade. À medida que α aumenta, $P(\alpha)$ se torna cada vez mais sensível às rendas dos extremamente pobres. Para $\alpha = 0$, o índice FGT se torna equivalente à proporção de pobres. Para $\alpha = 1$, o índice é equivalente ao hiato de pobreza. E para $\alpha = 2$, o índice é denominado de severidade da pobreza.

O Gráfico mostra a evolução da pobreza no Brasil no período 1992-2012, medida pela proporção de pobres. Foram consideradas quatro linhas de pobreza distintas: duas delas referentes aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (US\$ 1,25 e US\$ 2,00 diários, convertidos pela paridade do poder de compra – PPP) e duas delas referentes aos critérios de elegibilidade para acesso a programas federais de transferência de renda (R\$ 70,00 e R\$ 140,00 mensais, adotados em julho de 2011, corrigidos pelo INPC).

O Brasil tinha em 2012 cerca de 6 milhões de pessoas vivendo na extrema pobreza, ou cerca de 3,5% da população, pelos dois critérios. No que se refere à pobreza, dependendo do critério adotado, conclui-se que o Brasil tinha 10 ou 15 milhões de pessoas vivendo na pobreza, ou entre 5,8% e 8,5% da população, respectivamente.

Mais importante do que a diferença de números está a trajetória da pobreza na última década: desde 2004 a pobreza tem diminuído consistentemente, resultado tanto do aumento da renda domiciliar per capita quanto da queda da desigualdade observada nesse período.

Gráfico 10. Evolução da pobreza segundo a proporção de pobres, 1992-2012



Fonte: Ipea, a partir dos microdados das Pnads 1992-2012.

Notas: Exclusive áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins). Valores de 1994, 2000 e 2010 obtidos por interpolação linear.

A Tabela 4 mostra um quadro geral da variação da pobreza no período, a partir das duas linhas. Utilizando as linhas do Plano Brasil Sem Miséria (BSM), ajustada pelo INPC, a extrema pobreza diminuiu de 13,7% para 3,6% entre 1992 e 2012, enquanto a pobreza foi de 31,5% para 8,5%. Foram menos 12 milhões de pessoas vivendo na miséria e menos 28 milhões de pessoas vivendo na pobreza. Esse movimento de queda da pobreza ocorreu inclusive em 2012: nesse último ano da Pnad, foram menos 3,5 milhões de pessoas na pobreza e menos 1 milhão de pessoas na extrema pobreza, segundo as linhas do BSM.

Na comparação entre as décadas, o período de maior redução da pobreza ocorreu entre 2002 e 2012: tomando a linha de US\$ 1,25 PPP, a redução no número de pessoas na extrema pobreza foi de 10,4% ao ano, contra 4,2% na década anterior. No que se refere à pobreza, a redução foi de 12,1% ao ano no período 2002-2012 em comparação a uma redução de 2,1% no período anterior.

Tabela 4. Indicadores de pobreza em anos selecionados

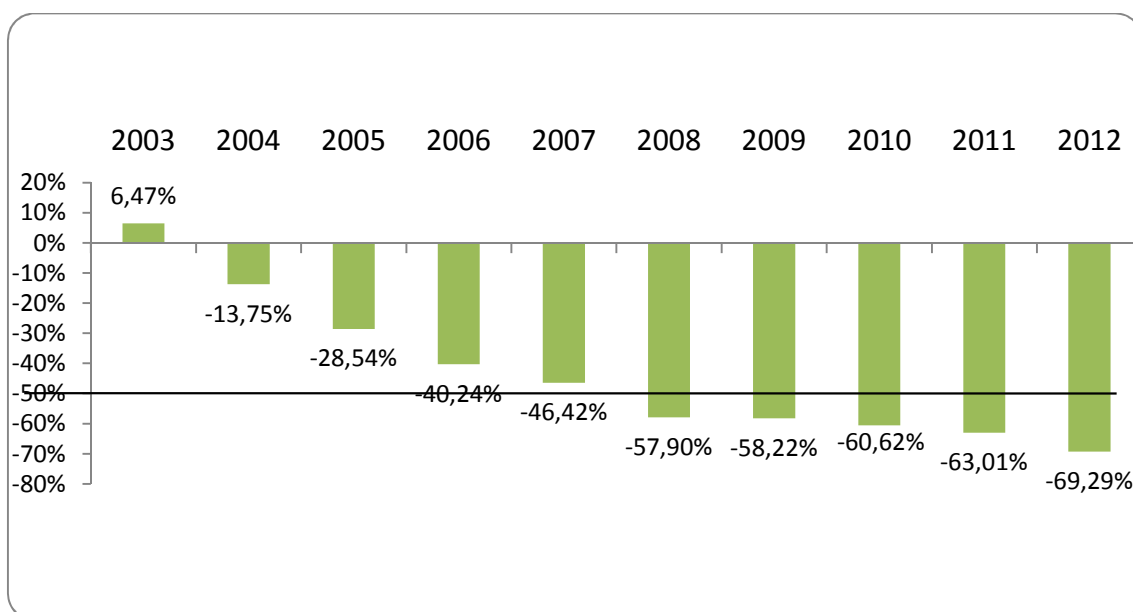
Linha de pobreza	Indicador	Valor			Variação anual (% para população e p.p. para índices)		
		1992	2002	2012	1992/2002	2002/2012	2011/2012
Extrema pobreza	P(0)	13,7	8,8	3,6	-0,5	-0,5	-0,7
	P(1)	6,1	3,6	2	-0,3	-0,2	-0,4
	P(2)	3,9	2,4	1,5	-0,2	-0,1	-0,2
	População (Mi.)	19,1	14,9	6,5	-2,5	-7,9	-14,1
Pobreza	P(0)	31,5	24,3	8,5	-0,7	-1,6	-2,1
	P(1)	14,3	9,9	3,9	-0,4	-0,6	-0,7
	P(2)	8,9	5,8	2,6	-0,3	-0,3	-0,5
	População (Mi.)	44	41	15,7	-0,7	-9,2	-18,1
Pobreza US\$ 1,25 PPP	P(0)	20,8	11,2	3,4	-1,0	-0,8	-0,7
	P(1)	9,2	4,8	1,9	-0,4	-0,3	-0,4
	P(2)	5,8	3	1,5	-0,3	-0,2	-0,2
	População (Mi.)	29	18,9	6,3	-4,2	-10,4	-15,2
Pobreza US\$ 2,00 PPP	P(0)	34,7	23,2	5,9	-1,2	-1,7	-1,5
	P(1)	16,3	9,7	2,9	-0,7	-0,7	-0,6
	P(2)	10,2	5,7	2,1	-0,5	-0,4	-0,4
	População (Mi.)	48,5	39,2	10,8	-2,1	-12,1	-18,1

Fonte: Ipea, a partir dos microdados das Pnads 1992, 2002, 2011 e 2012.

Notas: Excluídas áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins).

Se usarmos as linhas internacionais de pobreza e de extrema pobreza das metas do milênio da ONU, as duas caem de forma significativa, desde 2002, atingindo com folga a meta já em 2008. De forma independente, o Brasil cumpriu o compromisso de um quarto de século em apenas 6 anos. Acumulando até 2012, uma década após, redução de 63,29% na linha de extrema pobreza e 74,8%, se olharmos para a linha de US\$ 2 PPP.

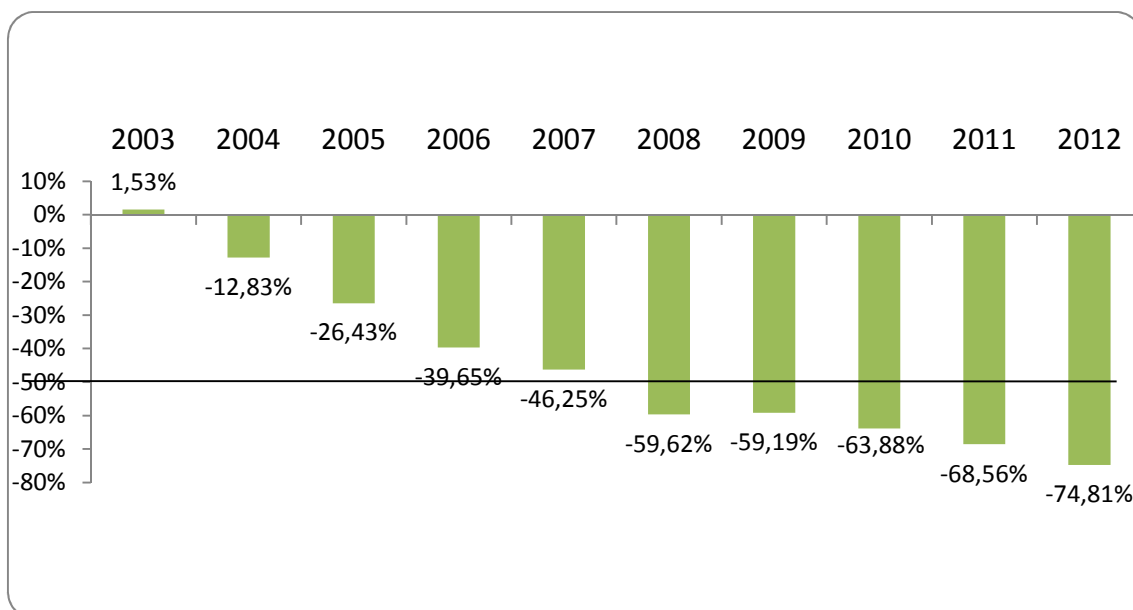
Gráfico 11. Variação Acumulada da Pobreza desde 2002 - U\$ 1,25 PPP



Fonte: Ipea, a partir dos microdados das Pnads 1992, 2002, 2011 e 2012.

Notas: Exclusive áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins).

Gráfico 12. Variação Acumulada da Pobreza desde 2002 - U\$ 2 PPP

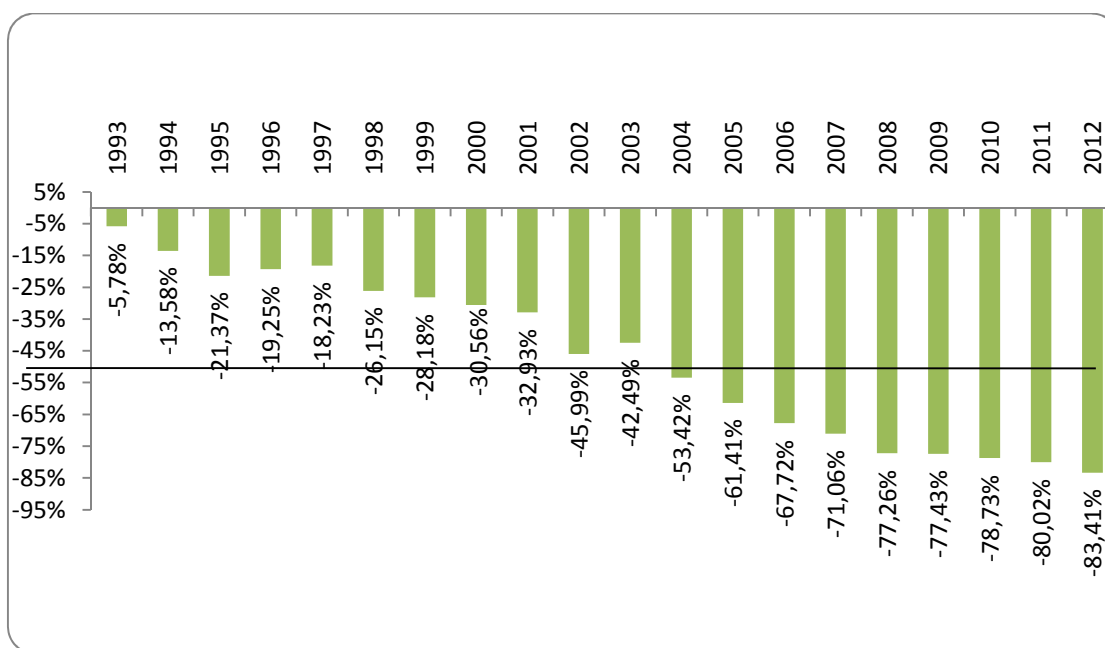


Fonte: Ipea, a partir dos microdados das Pnads 1992, 2002, 2011 e 2012.

Notas: Exclusive áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins).

Incorporando a década de 90 à análise anterior e partindo de 1992, seria necessário pelo menos o dobro do tempo (ou seja, 12 anos) para o atingimento da meta. Neste exercício, o Brasil acumula em 20 anos uma redução de 83% nas taxas de pobreza, medidas pelas duas linhas internacionais.

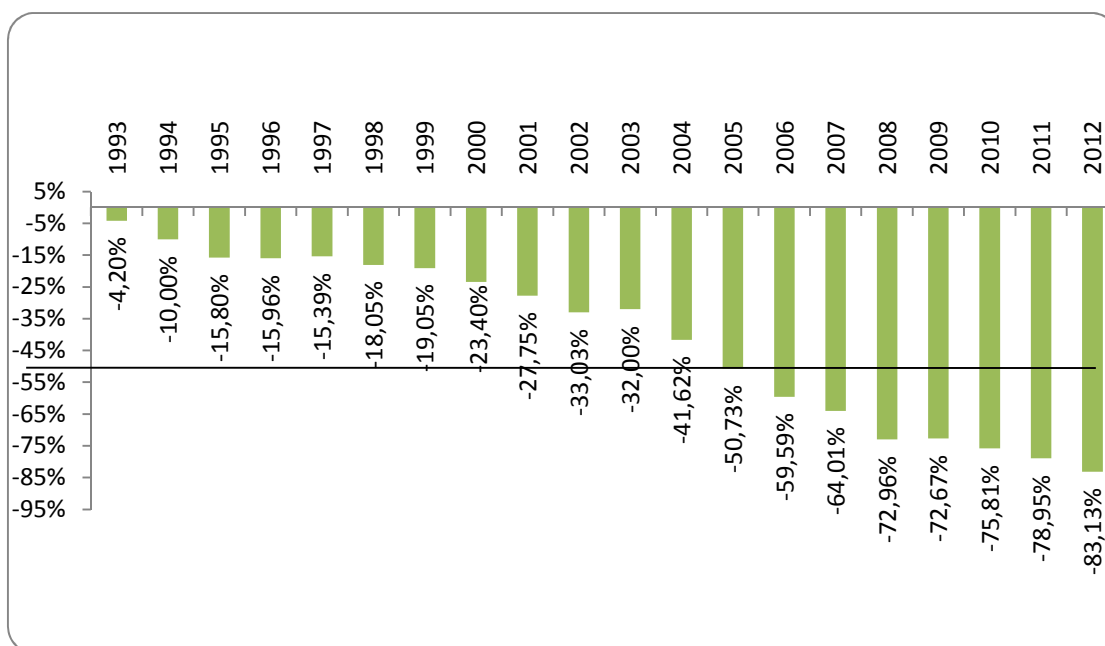
Gráfico 13. Variação Acumulada da Pobreza desde 1992 - U\$ 1,25 PPP



Fonte: Ipea, a partir dos microdados das Pnads 1992, 2002, 2011 e 2012.

Notas: Excluídas áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins).

Gráfico 14. Variação Acumulada da Pobreza desde 1992 - U\$ 2 PPP



Fonte: Ipea, a partir dos microdados das Pnads 1992, 2002, 2011 e 2012.

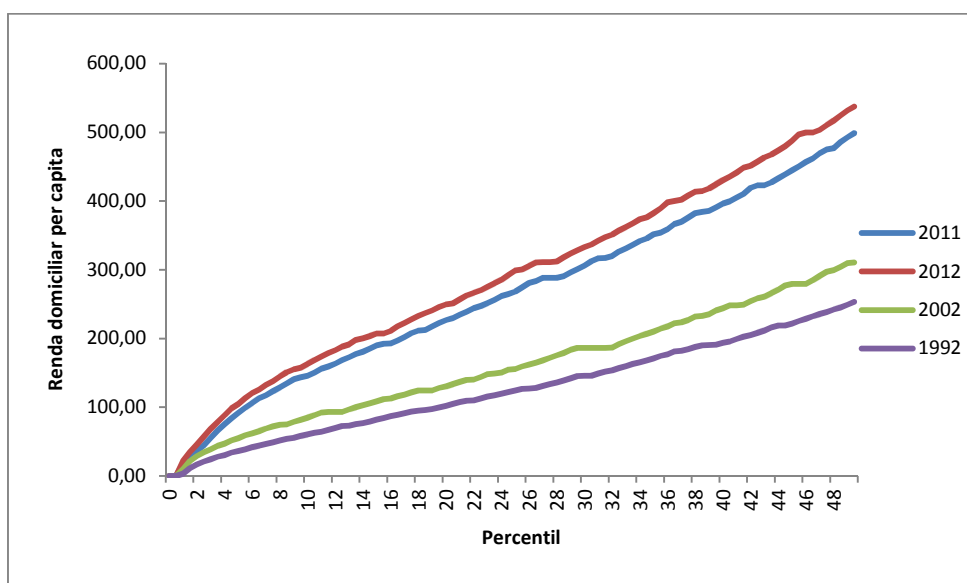
Notas: Excluídas áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins).

A profusão de linhas e medidas de pobreza pode fazer pensar que a adoção de diferentes critérios poderia levar a conclusões diferentes a respeito da evolução da pobreza. Felizmente existe uma forma de comparar a dominância da pobreza em um ano com a pobreza de outro ano, tal como ocorre com os índices de desigualdade. No caso da pobreza, isso é feito com o uso das Paradas de Pen (Gráfico), que correspondem a uma visualização da

renda domiciliar per capita das pessoas situadas em cada percentil da distribuição (Medeiros, 2006). Se uma curva se situa acima da outra, então, para uma linha de pobreza arbitrária fixa, a pobreza medida por qualquer critério será menor.

O Gráfico 15 mostra que há dominância da curva de 2012 em relação a 2011, ou seja, para qualquer linha de pobreza fixa e qualquer medida que se utilize, a conclusão que se obterá é que houve uma redução na pobreza nesse período. Tomando os anos de 1992, 2002, 2011 e 2012, todas as curvas posteriores dominam as anteriores, mostrando nesses períodos uma inequívoca redução da pobreza, medida sob qualquer critério.

Gráfico 15. Parada de Pen em anos selecionados



Fonte: Ipea, a partir dos microdados das Pnads 1992, 2002, 2011 e 2012.

Notas: Exclui áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins).

3 Para compreender as tendências recentes

3.1 Decomposição por fontes de mudanças na renda domiciliar *per capita*

Na seção 2, vimos que a renda domiciliar per capita teve um crescimento real acumulado de mais de 80% nas duas décadas entre 1992 e 2012 e de 8% entre 2011 e 2012. Para entender melhor as causas imediatas desse crescimento, podemos decompô-lo por fontes de renda. Com isso, podemos saber se a renda está aumentando em função do mercado de trabalho, da previdência ou afins.

Neste comunicado, consideramos que a renda domiciliar per capita é composta por cinco fontes distintas: rendimentos do trabalho; benefícios previdenciários; transferências do Benefício de Prestação Continuada (BPC); transferências do Programa Bolsa Família (PBF) e predecessores; e outros rendimentos.

Logo, a variação da renda per capita ao longo do tempo depende da contribuição de uma ou mais dessas fontes. Essas contribuições, por sua vez, dependem de dois fatores que podem ocorrer em separado ou simultaneamente: a variação no percentual da população que recebe rendimentos de uma dada fonte (“efeito recebedores”) e a variação no valor médio obtido por cada recebedor (“efeito médias”).

Assim, por exemplo, o mercado de trabalho pode contribuir para o aumento da renda per capita caso haja um crescimento do percentual da população com ocupações remuneradas (“efeito recebedores”) e/ou um aumento do salário médio dos ocupados (“efeito médias”).

Como é possível calcular nas Pnads tanto o percentual de recebedores quanto os seus rendimentos médios, podemos decompor o crescimento da renda per capita com operações algébricas simples. A tabela 5 traz as decomposições por fontes e tipos de efeito para três períodos: 1992 a 2012, 2002 a 2012 e 2011 a 2012.

Para o primeiro período, mais longo, vê-se que a renda per capita subiu quase R\$ 400 (em valores de 2012), sendo que a renda do trabalho (71%) e a Previdência (23%) foram responsáveis por quase todo o aumento. Mais ainda, pode-se ver também que apenas o aumento do salário médio dos ocupados respondeu por quase a metade (48%) de todo o crescimento da renda per capita. Entre 1992 e 2012, o salário médio dos ocupados remunerados subiu quase 45%, de R\$ 1042 para R\$ 1510. A elevação do percentual da população com trabalho remunerado – provocada, entre outros fatores, por mudanças demográficas – contribuiu com 23%. Em 1992, pouco mais de 37% da população brasileira tinha ocupação remunerada; em 2012 já eram quase 45%.

No caso da Previdência, os efeitos recebedores e médias tiveram pesos quase idênticos. O primeiro é resultado tanto de políticas e reformas que alargaram o escopo da Previdência quanto de fatores demográficos, enquanto o segundo vincula-se, entre outros motivos, à contínua valorização do salário mínimo.

A comparação entre 2002 e 2012 mostra o mesmo padrão, com o mercado de trabalho e a Previdência dando conta de quase todo o crescimento da renda per capita. A desagregação entre efeito recebedores e efeito médias também é semelhante. A maior diferença em relação à comparação entre 1992 e 2012 está no ritmo de crescimento: pouco mais de dois terços do aumento da renda per capita nas últimas duas décadas ocorreu depois de 2002.

Tabela 5. Decomposição por fontes de renda de variações na renda domiciliar per capita

Fontes	Efeitos sobre a variação da renda <i>per capita</i>					
	1992/2012		2002/2012		2011/2012	
	Absoluta (R\$ 2012)	Relativa (%)	Absoluta (R\$ 2012)	Relativa (%)	Absoluta (R\$ 2012)	Relativa (%)
Trabalho	283	71	201	76	48	74
<i>Efeito recebedores</i>	92	23	62	24	7	11
<i>Efeito médias</i>	191	48	138	53	40	63
Previdência	93	23	51	19	9	14
<i>Efeito recebedores</i>	47	12	22	9	3	5
<i>Efeito médias</i>	46	12	29	11	6	9
BPC	6	2	5	2	1	2
<i>Efeito recebedores</i>	3	1	4	1	1	1
<i>Efeito médias</i>	3	1	1	1	0	1
PBF	8	2	6	2	1	1
<i>Efeito recebedores</i>	4	1	3	1	0	0
<i>Efeito médias</i>	4	1	3	1	1	1
Outras rendas	8	2	0	0	6	9
<i>Efeito recebedores</i>	-8	-2	-5	-2	2	3
<i>Efeito médias</i>	16	4	4	2	4	7
Total	397	100	262	100	64	100
<i>Efeito recebedores</i>	137	35	87	33	13	5
<i>Efeito médias</i>	260	65	176	67	51	20

Fonte: Ipea a partir dos microdados das Pnads 1992, 2002, 2011 e 2012.

Observação: exclusive áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins).

Por fim, a comparação entre 2011 e 2012 reforça a centralidade do mercado de trabalho para o aumento da renda per capita. Por se tratar de um intervalo curto – apenas um ano – e sem grande variação na taxa de desemprego, o efeito médias – vale dizer, o aumento dos salários médios – foi ainda mais dominante. Entre as duas últimas edições da Pnad, o salário médio cresceu 6%, de R\$ 1418 para R\$ 1510, a maior variação anual desde 2006, quando houve aumento de 8% em relação a 2005.

Por outro lado, a Previdência teve menor importância, apesar do expressivo reajuste nominal (14%) e real (8%) do salário mínimo entre 2011 e 2012. Outra novidade foi a contribuição dos outros rendimentos – que incluem aluguéis, previdência privada, doações, juros e afins –, bem maior do que nas outras duas comparações.

Em suma, o crescimento da renda per capita foi substancial nas últimas duas décadas e, em especial, desde a virada do século. O mercado de trabalho e, em menor grau, a Previdência foram os grandes motores desse progresso, que também foi facilitado por mudanças demográficas.

3.2 Decomposições por fontes de renda da desigualdade de renda domiciliar per capita

A desigualdade de renda domiciliar per capita também pode ser decomposta por fontes de renda, seja em termos estáticos ou dinâmicos. No primeiro caso, a decomposição mostra como as diferentes fontes influenciam o nível de desigualdade em um dado momento; no segundo, analisamos quais fontes contribuem para variações na desigualdade entre dois pontos no tempo.

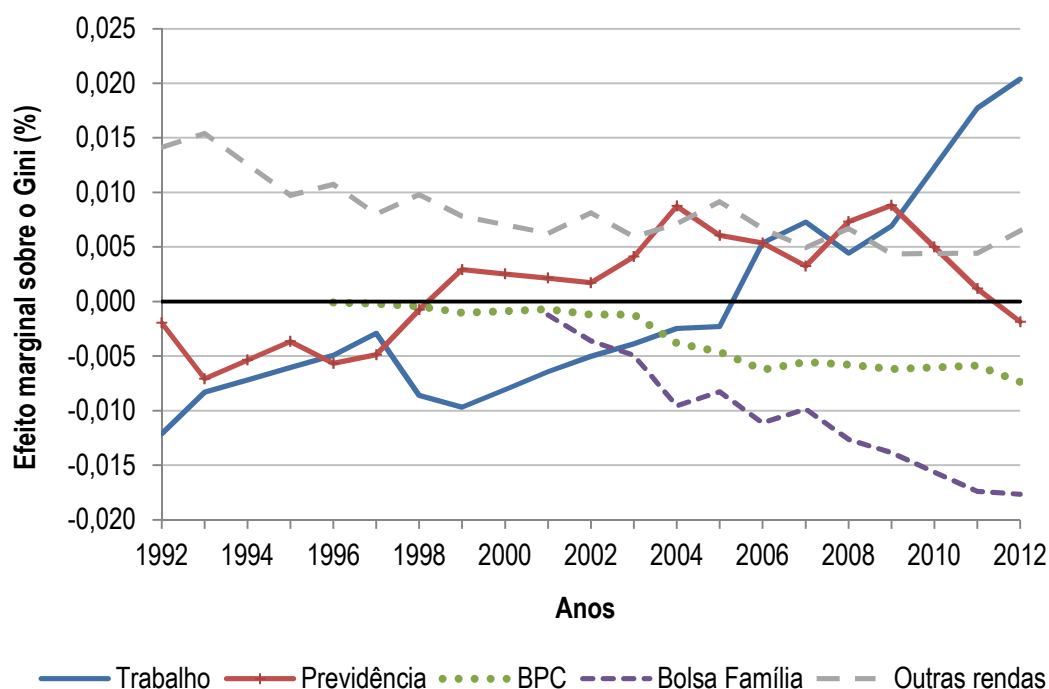
Vejam, primeiro, a análise estática, que pode ser feita de várias maneiras. No gráfico 16 optamos por mostrar os efeitos marginais relativos de cada fonte sobre a desigualdade (ver (Lerman e Yitzhaki, 1986)). Esses efeitos têm interpretação bastante intuitiva, porque indicam, para cada ano, qual seria a variação percentual do índice de Gini caso houvesse um aumento de 1% em determinada fonte de renda. Por exemplo, um efeito marginal de -0.5% relacionado a uma transferência social hipotética significa que a desigualdade cairia 0.5% caso o volume de recursos transferidos aumentasse 1%.

Em outras palavras, efeitos marginais maiores do que zero implicam que dada fonte pressiona a desigualdade para cima; efeitos menores do que zero significam o oposto, isto é, que dada fonte ajuda a diminuir a desigualdade.

No gráfico 16, vemos que, além da queda da desigualdade desde 1992, houve também muitas mudanças nos efeitos marginais. Por um lado, tanto o Programa Bolsa Família (inclusive predecessores) quanto, em menor grau, o BPC são as fontes mais progressivas, ou seja, que mais contribuem para diminuir a desigualdade. Seu efeito, inclusive, tornou-se mais forte ao longo do tempo. Como os efeitos marginais dependem também do tamanho de cada fonte como fração da renda total, esses números são ainda mais notáveis e refletem a boa focalização dos dois programas, que somam menos de 2% da renda total da Pnad 2012.

Por outro lado, no início dos anos 1990 os outros rendimentos exerciam a maior pressão pró-desigualdade, mas nos últimos anos o mercado de trabalho assumiu esse posto. Como todas as fontes se tornaram menos desigualmente distribuídas, o que explica essa inversão são os fatos de que: *a*) a queda na concentração dos outros rendimentos foi mais rápida do que a do mercado de trabalho como um todo; e *b*) os outros rendimentos também perderam bastante importância como fração da renda total.

Gráfico 16. Efeitos marginais relativos por fontes de renda - Brasil, 1992/2012



Fonte: Ipea a partir dos microdados das Pnads 1992, 2002, 2011 e 2012.

Observações: exclusive áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins). Os valores para 1994, 2000 e 2010 foram obtidos por interpolação linear.

Outra ferramenta útil para visualizar a influência estática de cada fonte sobre a desigualdade total é o gráfico das curvas de concentração. Sua interpretação é idêntica ao gráfico das curvas de Lorenz, mostrado na seção anterior. Com efeito, a curva de concentração da renda per capita total é exatamente a curva de Lorenz.

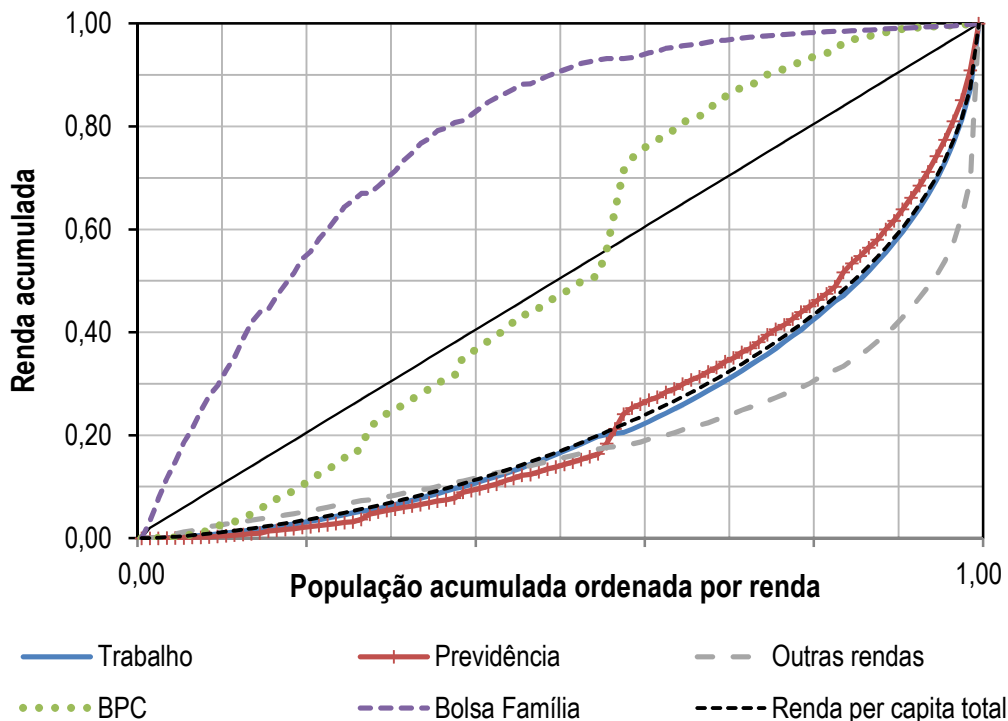
O gráfico 17 traz as curvas de concentração para 2012. Para recapitular, o eixo horizontal traz a população acumulada ordenada pela renda per capita total, do brasileiro mais pobres até o mais rico; já o eixo vertical traz a fração acumulada da renda de cada fonte ao longo da distribuição. A linha reta diagonal é a reta da igualdade perfeita: se qualquer fonte fosse distribuída de forma perfeitamente igualitária entre a população, sua curva de concentração seria idêntica à igualdade perfeita.

No gráfico, percebemos claramente que o Programa Bolsa Família beneficia desproporcionalmente os mais pobres: os 10% mais pobres recebem 30% da renda do programa e os 50% mais pobres se apropriam de mais de 90% dos recursos transferidos. O BPC também é bastante progressivo, seguindo de perto a reta da igualdade perfeita e chegando a ficar acima dela a partir de certo ponto.

As outras três fontes estão bem abaixo da igualdade perfeita, o que explica o ainda alto nível de desigualdade existente no Brasil. Apesar da melhora, os outros rendimentos ainda são a fonte mais desigualmente distribuída: os 10% mais ricos recebem quase 60% desse tipo de renda. Já a Previdência e a renda do trabalho apresentam perfil distributivo semelhante,

com alguma vantagem para a primeira. Como se trata das duas maiores fontes de renda, a curva de Lorenz da renda domiciliar per capita também segue o mesmo padrão.

Gráfico 17. Curvas de concentração por fontes de renda e curva de Lorenz - Brasil, 2012



Fonte: Ipea a partir dos microdados das Pnads 1992, 2002, 2011 e 2012.
Observação: exclusive áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins).

A grande novidade desde 1992 foi, é claro, a queda da desigualdade. As decomposições dinâmicas do índice do Gini são uma ferramenta muito útil para entender suas causas. Com essas decomposições podemos medir o quanto cada fonte de renda colaborou para a redução da desigualdade e, mais ainda, decompor cada contribuição em um "efeito composição" (associado a mudanças na fração que cada fonte representa da renda total) e um "efeito concentração" (associado a mudanças no grau de concentração de cada fonte) (Soares, 2006; Hoffmann, 2006 e 2013).

Neste comunicado, por questão de espaço, vamos analisar apenas a contribuição total das fontes, conforme apresentada na tabela 6 para três períodos: 1992/2012, 2002/2012 e 2011/2012.

O primeiro fator que chama a atenção, e que já foi mostrado na seção 2, é que a queda do Gini entre 2002 e 2012 (-0,061) foi maior do que no período todo (-0,055). Com efeito, a desigualdade da renda domiciliar per capita aumentou no início dos anos 1990 e só começou a recuar timidamente no final da década, de modo que o Gini em 2002 (0,587) era levemente maior do que em 1992 (0,580). Depois da virada do século, como vimos, houve grande redução da desigualdade, chegando a um Gini de 0,526 em 2012.

De qualquer forma, quando analisamos todo o período 1992/2012, vemos que todas as fontes contribuíram para diminuir a desigualdade. A renda do trabalho por si só representou quase metade da variação do Gini, seguida pelo Programa Bolsa Família e pela Previdência, quase empatados.

Quando olhamos para o período 2002/2012, contudo, o ordenamento muda. O trabalho continua na ponta, agora com contribuição relativa ainda maior, enquanto a Previdência – impulsionada tanto pela maior inclusão quanto pela elevação do salário mínimo – passa a ocupar o segundo lugar, com o Bolsa Família em terceiro. Mais uma vez, todas as fontes colaboraram para reduzir a desigualdade.

A variação entre 2011 e 2012, por sua vez, apresenta padrão distinto. Com efeito, a queda da desigualdade prosseguiu em ritmo mais lento do que o registrado na segunda metade dos anos 2000, e foi motivada principalmente pela Previdência; mais especificamente, pelo grande aumento real do salário mínimo. As outras duas transferências governamentais – o BPC, também afetado pelo reajuste do salário mínimo, e o Bolsa Família, que começou sua expansão mais recente neste período – também contribuíram para manter a trajetória de queda do índice de Gini. Desta vez, entretanto, a renda do trabalho e os outros rendimentos apresentaram tímida tendência para maior concentração, o que atenuou o efeito redistributivo das políticas sociais.

Tabela 6. Decomposição por fontes de renda de variações na renda domiciliar per capita

Fontes	Efeitos sobre a variação do índice de Gini da renda <i>per capita</i>					
	1992/2012		2002/2012		2011/2012	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Trabalho	-0.0256	47	-0.0337	55	0.0003	-19
Previdência	-0.0083	15	-0.0127	21	-0.0019	128
BPC	-0.0041	7	-0.0034	6	-0.0008	55
Bolsa Família	-0.0095	17	-0.0075	12	-0.0001	8
Outras rendas	-0.0070	13	-0.0040	6	0.0010	-72
Total	-0.0546	100	-0.0613	100	-0.0014	100

Fonte: Ipea a partir dos microdados das Pnads 1992, 2002, 2011 e 2012.

Observação: exclusive áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins).

3.3 Decomposições de mudanças na incidência da extrema pobreza

Como vimos na seção 2, houve uma grande redução da extrema pobreza no Brasil desde 1992 e especialmente depois de 2002, com importantes ganhos de bem-estar para milhões de brasileiros. O percentual de pobres extremos – ou seja, a incidência da extrema pobreza, medida pela linha atualizada de R\$ 70 em julho de 2011 – despencou de quase 14% para menos de 4% da população brasileira.

Em um sentido técnico, há dois componentes imediatos que podem provocar variações na incidência da pobreza extrema: o crescimento econômico, entendido como o aumento da renda média, e a redistribuição de renda, isto é, a diminuição da desigualdade. Assim, podemos decompor mudanças na pobreza extrema justamente para medir a importância relativa desses dois componentes (Kakwani e Subbarao, 1990; Datt e Ravallion, 1992; Kakwani, 2000).

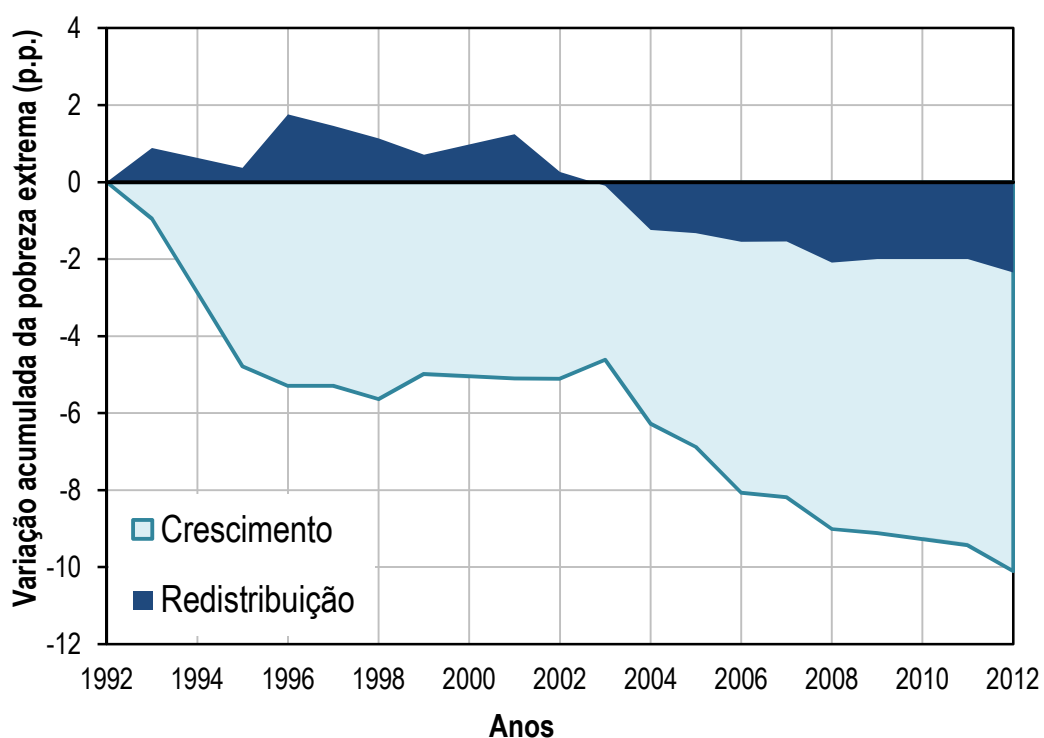
O gráfico 18 traz a contribuição acumulada de cada componente para a queda do percentual de pobres extremos desde 1992 até 2012. A soma de ambos equivale à variação acumulada total.

Nos primeiros anos da década, em especial no momento do Plano Real, há uma grande contribuição do crescimento para reduzir a desigualdade. O fraco desempenho entre 1998 e 2003, todavia, acarretou leve retrocesso. Somente com a retomada da atividade econômica, em meados dos anos 2000, o componente crescimento volta a contribuir fortemente para a queda da pobreza extrema.

Já o componente redistribuição apresenta comportamento distinto: até 2003, sua contribuição é positiva, isto é, para o aumento da pobreza extrema em função de mudanças negativas para os mais pobres nos primeiros centésimos da curva de Lorenz. A partir de 2003, ocorre uma virada: com a continuidade da queda da desigualdade, também o componente redistribuição passa a contribuir para a redução da pobreza extrema.

Em outras palavras, a maior parte da queda da pobreza extrema em todo o período ocorreu na última década, impulsionada tanto pelo crescimento quanto pela redistribuição, embora o primeiro componente tenha contribuição perceptivelmente maior.

Gráfico 18. Variação acumulada da incidência da pobreza extrema (p.p.) - Brasil, 1992/2012



Fonte: Ipea a partir dos microdados das Pnads 1992, 2002, 2011 e 2012.

Observações: exclusive áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins). Os valores para 1994, 2000 e 2010 foram obtidos por interpolação linear. Linha de pobreza extrema de R\$ 70 per capita em valores de julho de 2011 (cerca de R\$ 75 per capita em valores de outubro de 2012).

Para facilitar a comparação, a tabela 7 traz os números para os mesmos três períodos analisados anteriormente: 1992/2012, 2002/2012 e 2011/2012. No período todo, o crescimento da renda média respondeu por quase 80% da queda de 10,1 pontos percentuais (p.p.) na incidência da pobreza extrema. Nos períodos mais recentes, contudo, tanto

crescimento quanto redistribuição tiveram contribuições semelhantes, inclusive quando se olha apenas para a variação entre 2011 e 2012. A explicação para isso, como se depreende do gráfico 18, está no período de crescimento com piora da redistribuição durante os anos 1990.

Tabela 7. Decomposição das variações na incidência da extrema pobreza em crescimento e redistribuição (p.p)

Componentes	Variação na incidência da pobreza extrema (p.p.)		
	1992/2012	2002/2012	2011/2012
Crescimento	-7.8	-2.7	-0.3
Redistribuição	-2.3	-2.6	-0.3
Total	-10.1	-5.3	-0.7

Fonte: Ipea a partir dos microdados das Pnads 1992, 2002, 2011 e 2012.

Observação: exclusive áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins). Linha de pobreza extrema de R\$ 70 *per capita* em valores de julho de 2011 (cerca de R\$ 75 *per capita* em valores de outubro de 2012).

Esses números reiteram a importância de ambos os componentes para promover a redução rápida da pobreza extrema. Com efeito, o intervalo entre 2011 e 2012 testemunhou a maior queda anual da taxa de extrema pobreza desde 2008 justamente porque houve a combinação de bom crescimento da renda per capita com redistribuição a favor dos mais pobres (que nem sempre é captada com precisão em índices sintéticos, como o Gini, mais sensível a mudanças perto do meio da distribuição).

4 Desigualdades entre grupos

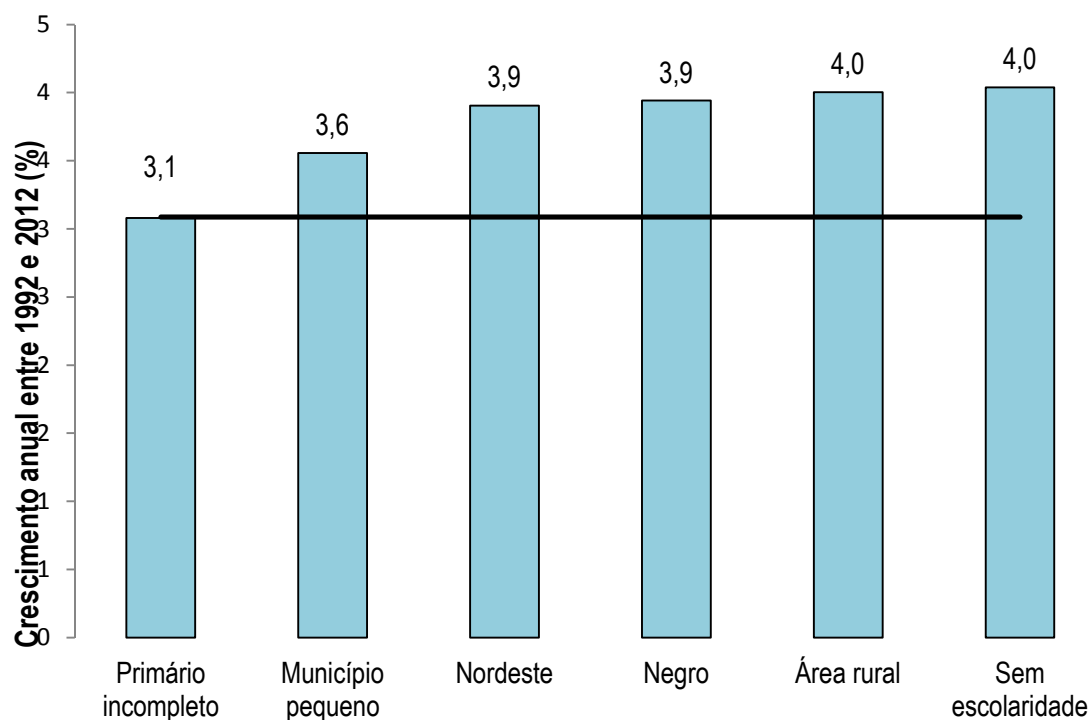
4.1 O crescimento da renda dos grupos menos privilegiados

Um dos aspectos mais notáveis das mudanças sociais no Brasil desde o início dos anos 1990 diz respeito à diminuição das desigualdades entre grupos, com forte crescimento da renda principalmente entre as camadas historicamente menos privilegiadas.

Para ilustrar a magnitude do fenômeno, o gráfico 19 apresenta o crescimento percentual (média anual) entre 1992 e 2012 da renda domiciliar per capita real de grupos selecionados da população: moradores da região Nordeste; moradores de áreas rurais; moradores de municípios pequenos (não autorrepresentativos nas Pnads); moradores de domicílios chefiados por mulheres; moradores de domicílios chefiados por pretos ou pardos; moradores de domicílios chefiados por indivíduos sem nenhuma escolaridade; e moradores de domicílios chefiados por indivíduos que não completaram o 5º ano (antiga 4ª série). A linha horizontal mostra o crescimento médio do Brasil como um todo.

Como se vê, a maior parte desses grupos teve crescimento substancialmente maior do que a média nacional, com destaque para os moradores de áreas rurais e de domicílios chefiados por indivíduos sem escolaridade, cuja renda per capita aumentou 120% acumulado em duas décadas - um ritmo de 4% ao ano. O caso deste último grupo é bastante instrutivo: em 1992, 19% dos brasileiros viviam em domicílios cuja pessoa de referência não tinha escolaridade e sua renda per capita média era de R\$ 198, pouco mais de 40% da média nacional. Com as melhoras educacionais, em 2012 esse percentual caiu para 9% da população, com renda per capita média de R\$ 437, ou 50% da média nacional.

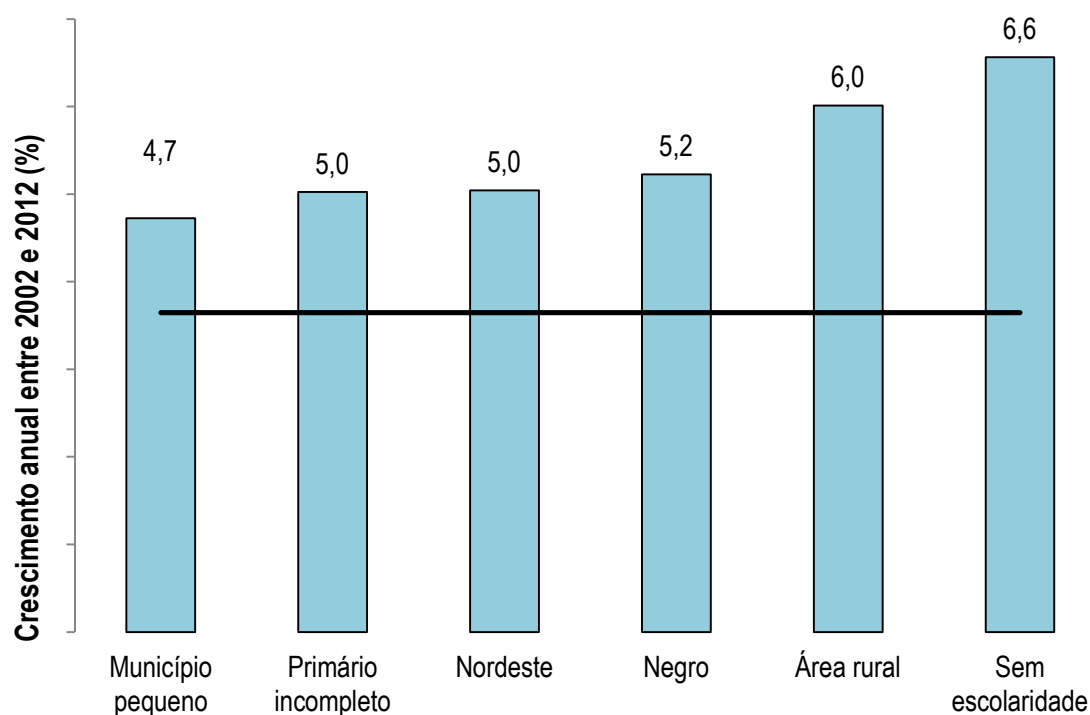
Gráfico 19. Crescimento anual da renda domiciliar per capita (R\$ 2012) para grupos selecionados entre 1992 e 2012



Fonte: Ipea a partir dos microdados das Pnads 1992 e 2012.
Observação: exclusive áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins).

O gráfico 20 segue a mesma lógica, trazendo os números para a comparação entre 2002 e 2012. Não obstante pequenas mudanças no ordenamento, as tendências são muito parecidas: com exceção dos domicílios com mulheres como pessoas de referência, todos os demais grupos conseguiram aumentar sua renda per capita em ritmo substancialmente maior do que a média nacional, diminuindo as desigualdades. No caso dos moradores de domicílios com chefe sem escolaridade e de moradores de áreas rurais, as taxas de crescimento atingiram a casa dos 6,6% e 6% ao ano, valor muito superior aos 3,6% registrados para o Brasil.

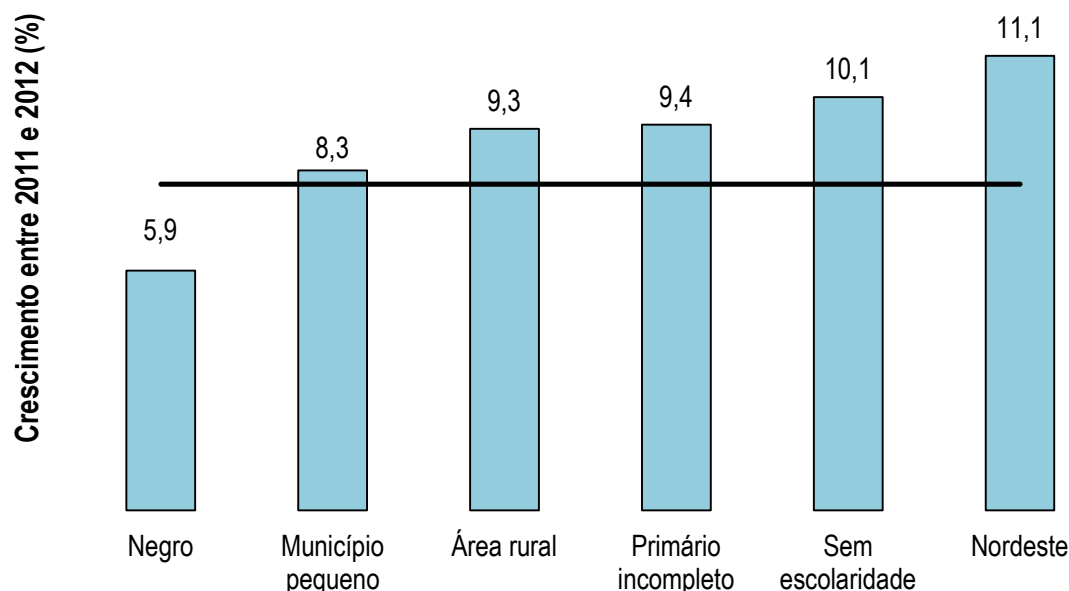
Gráfico 20. Crescimento atual da renda domiciliar per capita (R\$ 2012) para grupos selecionados entre 2002 e 2012



Fonte: Ipea a partir dos microdados das Pnads 1992 e 2012.
Observação: exclusive áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins).

No gráfico 21 temos os números para o último ano das Pnads, isto é, o período entre 2011 e 2012. Nesse caso, as mudanças no ordenamento são mais pronunciadas, mas há o mesmo padrão de crescimento acima da média para a maior parte dos grupos selecionados, agora com números mais expressivos para a região Nordeste.

Gráfico 21. Crescimento anual da renda domiciliar *per capita* (R\$ 2012) para grupos selecionados entre 2011 e 2012



Fonte: Ipea a partir dos microdados das Pnads 1992 e 2012.
Observação: exclusive áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins).

4.2 A relação da desigualdade entre grupos com a desigualdade total

O maior crescimento da renda de grupos historicamente excluídos e a subsequente diminuição das desigualdades entre grupos têm consequências importantes também para a distribuição de renda como um todo.

Esta subseção tem como objetivo avaliar os efeitos dessas mudanças a partir de decomposições do índice GE(0), ou Theil-L, uma medida de desigualdade pertencente à família de medidas de Entropia Generalizada. Assim, a desigualdade total é separada em dois componentes: a desigualdade provocada por diferenças nas rendas médias entre grupos (componente "entre grupos") e a desigualdade provocada pela heterogeneidade interna aos grupos (componente "intra grupos").

Para facilitar a visualização, o gráfico 22 apresenta os valores absolutos do componente "entre grupos" ao longo do tempo para quatro decomposições da desigualdade total medida pelo GE(0): por nível de escolaridade do chefe ou pessoa de referência dos domicílios (11 níveis); por cor ou raça do chefe ou pessoa de referência (brancos e não brancos); por área de moradia dos indivíduos (urbanas e rurais); e por regiões de moradia dos indivíduos (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste).

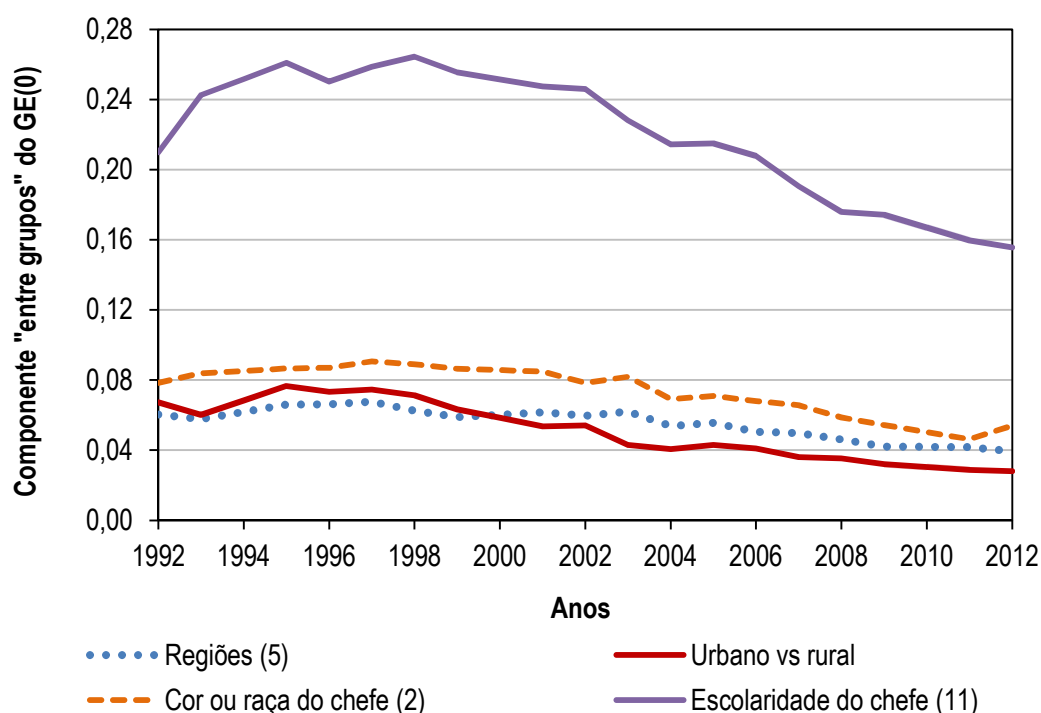
Entre 1992 e 2012, a contribuição das desigualdades entre grupos nessas quatro dimensões caiu significativamente. No gráfico, a queda mais perceptível é a da decomposição por nível de escolaridade do chefe do domicílio, por se tratar da dimensão com maior contribuição: depois de um tímido crescimento em meados dos anos 1990, a trajetória nos

últimos 15 anos foi de queda quase ininterrupta. Para esta dimensão, a contribuição em 2012 era mais de 40% menor do que o valor máximo observado em 1998.

As contribuições das outras três dimensões são bem inferiores porque tanto o número de categorias quanto a desigualdade entre médias são menores. De qualquer modo, também podemos perceber tendências claras de queda ao longo do tempo. Para as desigualdades entre regiões, o componente "entre grupos" em 2012 era 35% menor do que em 1992: depois de crescimento entre 1992 e 1997, houve redução sustentada até 2012, principalmente a partir de 2003.

Para a decomposição por áreas urbanas e rurais, a queda foi de 58% desde 1992 e de 48% desde 2002. Nesse caso, também houve crescimento entre 1992 e 1997, seguido por queda quase monotônica até 2012. Para a decomposição por cor ou raça da pessoa de referência do domicílio, a diminuição total foi de 31%, com um padrão semelhante: aumento entre 1992 e 1997, depois queda até 2012.

Gráfico 22. Contribuição absoluta para a desigualdade medida pelo GE(0) dos componentes "entre grupos" - Brasil, 1992/2012



Fonte: Ipea a partir dos microdados das Pnads 1992, 2002, 2011 e 2012.

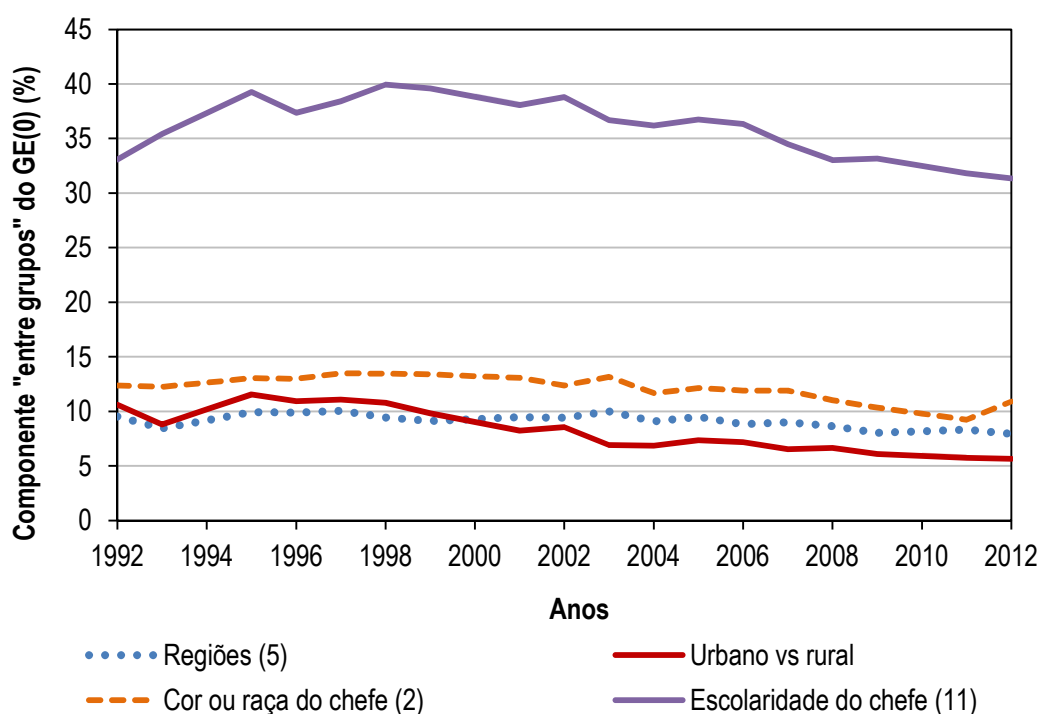
Observações: exclusive áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins). Os valores para 1994, 2000 e 2010 foram obtidos por interpolação linear.

Por fim, o gráfico 23 contextualiza esses números ao apresentar as contribuições relativas dos componentes "entre grupos": para cada ano, os valores absolutos do gráfico acima foram divididos pelo GE(0), de forma a explicar qual o percentual da desigualdade explicado pelas desigualdades categóricas. Uma vantagem de decompor o GE(0) é justamente que a contribuição relativa pode ser interpretada contrafactualmente: os percentuais no gráfico 23 indicam justamente quanto a desigualdade total cairia caso as rendas médias dos grupos em dada dimensão se tornassem idênticas.

Como a desigualdade "intra grupos" também caiu, as curvas do gráfico 23 são menos pronunciadas do que as das contribuições absolutas. Mesmo assim, pode-se perceber uma tendência de queda em todas as dimensões, em especial na decomposição por áreas urbanas e rurais. Em outras palavras, não só houve queda nas contribuições absolutas como também essa queda foi, nos quatro casos, mais rápida do que a da desigualdade "intra grupos" e, portanto, a contribuição relativa para a desigualdade total também caiu.

O exemplo da decomposição por áreas urbanas e rurais merece destaque: em 1992, quase 11% da desigualdade brasileira resultava do atraso relativo das áreas rurais; em 2012, o percentual caiu quase pela metade, para menos de 6%. Isso implica dizer que, caso fosse possível igualar instantaneamente a renda per capita em áreas urbanas e rurais, o GE(0) brasileiro em 2012 diminuiria 6%.

Gráfico 24. Contribuição relativa para a desigualdade medida pelo GE(0) dos componentes "entre grupos" (%) - Brasil, 1992/2012



Fonte: Ipea a partir dos microdados das Pnads 1992, 2002, 2011 e 2012.

Observações: exclusive áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins). Os valores para 1994, 2000 e 2010 foram obtidos por interpolação linear.

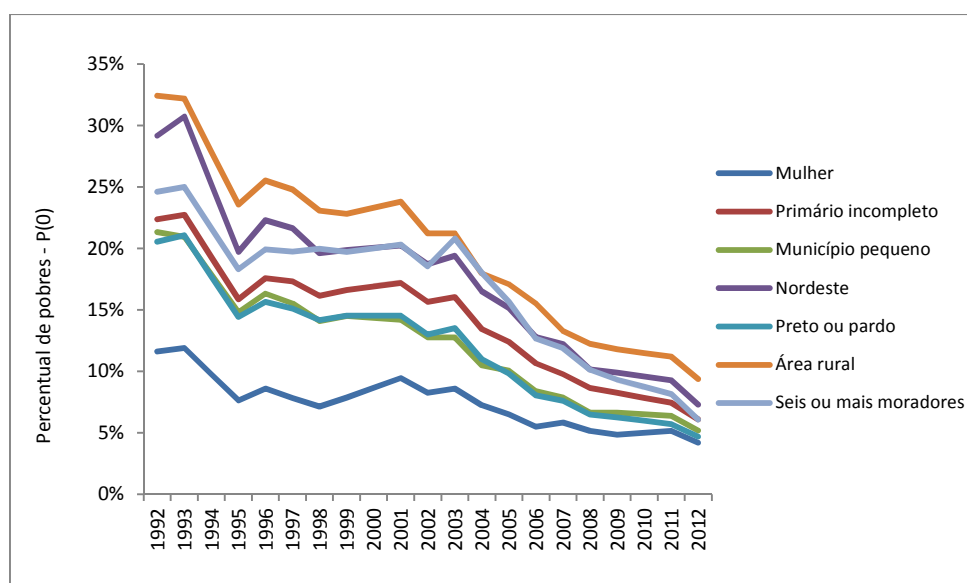
Em suma, a tendência de diminuição de desigualdades entre grupos é observável desde o fim dos anos 1990 e manteve-se até 2012, com aceleração, em alguns casos, a partir de 2002 ou 2003. Em que pese a relativa estabilidade do índice de Gini em 2012, as decomposições do GE(0) reforçam que a diminuição das desigualdades categóricas – vale dizer, entre grupos – permanece em curso no Brasil.

4.3 Participação dos grupos menos privilegiados na pobreza

Conforme foi visto, a maior parte dos grupos menos privilegiados da população experimentou um ganho substancial de renda entre 2002 e 2012. Como consequência, observou-se uma queda expressiva da extrema pobreza em todos os grupos analisados (Gráfico 25). Essa queda da extrema pobreza, no entanto, não foi uniforme entre os grupos: alguns deles se beneficiaram mais nesse período.

O Gráfico ilustra a situação. Tomando como base 2012, observa-se que os domicílios situados no Nordeste, na área rural e aqueles compostos por seis ou mais moradores tinham uma incidência maior de pobreza do que os demais grupos menos privilegiados da população. No entanto, voltando uma ou duas décadas no tempo, percebe-se que a distância entre os grupos era maior: a diferença entre a taxa de extrema pobreza dos domicílios da área rural em relação aos domicílios chefiados por mulheres era de 20,8% em 1992, 13% em 2002 e caiu para 5,2% em 2012. Essa “convergência” de taxas de pobreza entre diferentes grupos da população pode ser explicada em parte pela queda da desigualdade que ocorreu na última década.

Gráfico 25. Evolução da extrema pobreza em grupos selecionados, 1992-2012



Fonte: Ipea a partir dos microdados das Pnads de 1992-2012.

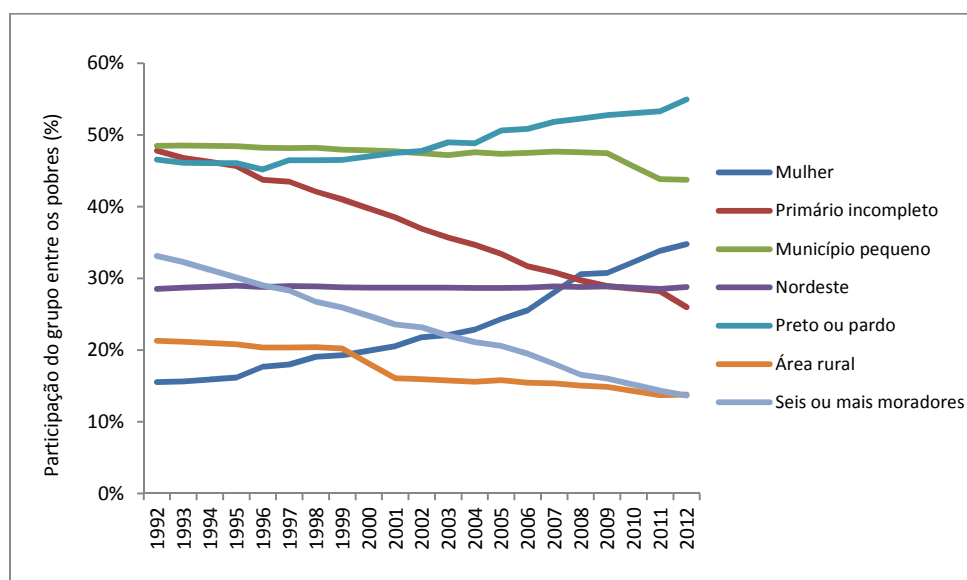
Nota: Exclui áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins). Linha de pobreza extrema de R\$ 70 *per capita* em valores de julho de 2011 (cerca de R\$ 75 *per capita* em valores de outubro de 2012). Valores para 1994, 2000 e 2010 foram obtidos por interpolação linear.

O caso mais marcante é o dos domicílios com seis ou mais moradores, que entre 2002 e 2003 apresentou uma marcante elevação na taxa de pobreza, mas no período seguinte viu suas taxas decrescerem mais aceleradamente que as dos demais grupos. Para esse caso, especificamente, não se pode descartar o efeito da expansão do Programa Bolsa Família na queda das taxas de pobreza desse grupo.

O Gráfico 26 mostra outra ótica da pobreza, que é a participação de cada grupo entre o contingente de extremamente pobres. À medida que a taxa de pobreza de um grupo diminui mais que a de outro, ou que o contingente populacional de um determinado grupo aumenta mais que o de outro grupo, observam-se mudanças na composição da pobreza.

As mudanças que mais marcaram a última década foram, por um lado, o aumento da participação de pessoas moradoras de domicílios chefiados por mulheres e por pretos e pardos, e por outro lado, a diminuição da participação de pessoas cujos chefes de domicílios têm no máximo o primário incompleto ou cujo domicílio possui seis ou mais moradores.

Gráfico 26. Participação de grupos selecionados entre os extremamente pobres, 1992-2012



Fonte: Ipea a partir dos microdados das Pnads de 1992-2012.

Nota: Exclui áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins). Linha de pobreza extrema de R\$ 70 *per capita* em valores de julho de 2011 (cerca de R\$ 75 *per capita* em valores de outubro de 2012). Valores para 1994, 2000 e 2010 foram obtidos por interpolação linear.

A Tabela 8 resume as mudanças que ocorrem nos últimos vinte anos na intensidade e composição da pobreza de cada grupo. Dessa tabela é possível extrair mais nitidamente as mudanças descritas acima, a saber, a convergência entre a taxa de extrema pobreza dos diversos grupos ao longo do tempo, a queda da participação dos indivíduos em domicílios com seis ou mais moradores ou cujo chefe possuía no máximo o nível de educação primário incompleto, e o aumento da participação das pessoas de domicílios chefiados por pretos ou pardos e por mulheres no total da população miserável.

Tabela 8. Decomposição da extrema pobreza em grupos selecionados

Grupos	Pobreza em cada grupo (%)			Participação do grupo entre os pobres (%)		
	1992	2002	2012	1992	2002	2012
Características do chefe						
Mulher	11,6	8,2	4,2	15,5	21,8	34,8
Preto ou pardo	20,5	13,0	4,7	46,5	47,8	55,0
Primário incompleto	22,4	15,7	6,1	47,8	36,9	26,0
Características do domicílio						
Município pequeno	21,3	12,8	5,2	48,5	47,5	43,8
Nordeste	29,2	18,7	7,3	28,5	28,7	28,8
Área rural	32,4	21,2	9,4	21,3	15,9	13,8

Seis ou mais moradores	24,6	18,5	6,1	24,6	18,5	6,1
Total	13,7	8,8	3,6	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ipea a partir dos microdados das Pnads de 1992-2012.

Nota: Exclusive áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins). Linha de pobreza extrema de R\$ 70 *per capita* em valores de julho de 2011 (cerca de R\$ 75 *per capita* em valores de outubro de 2012).

5 2013 visto pela ótica da PME

O crescimento do produto interno bruto (PIB) real per capita brasileiro em 2012 decepcionou ficando em torno de 0,1%, contrastando com a expansão de 7,98% da renda real por brasileiro segundo a Pnad 2012. Como vimos, este descolamento entre Pnad e PIB vem acontecendo desde 2003. Neri (2012) antecipou um descolamento de cerca de 5 pontos de porcentagem entre o crescimento Pnad e o da renda domiciliar per capita do trabalho auferida pela Pesquisa Mensal do Emprego (PME) nas seis principais regiões metropolitanas brasileiras. Posteriormente, a PME nos permitiu antecipar uma certa estagnação da desigualdade a partir de fevereiro de 2012, que acabou se confirmando a grosso modo na comparação entre as Pnads 2011 e 2012, quando o índice de Gini fica relativamente estável, passando de 0,527 para 0,526 no período.

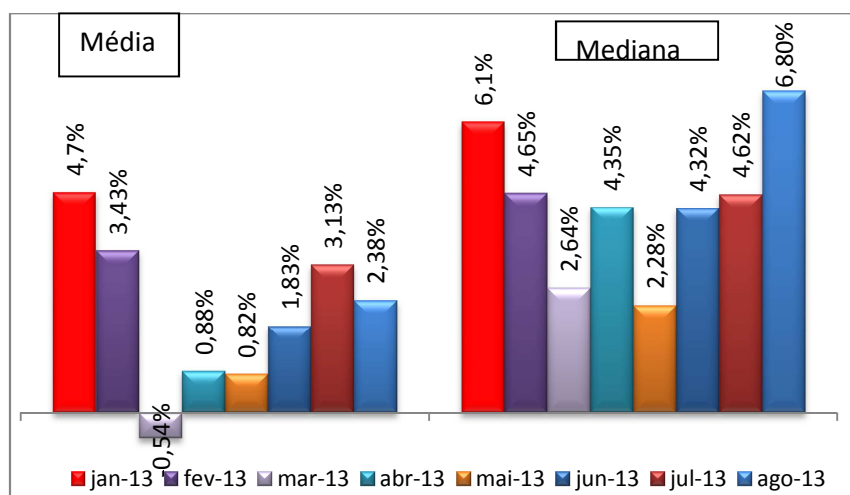
Esta seção recorre ao uso da PME para antecipar as mudanças a serem apresentadas pela Pnad do ano em curso que só serão conhecidas em 2014. Mais especificamente abordamos o crescimento e desigualdade de renda domiciliar per capita do trabalho. Posteriormente, expandimos a análise das principais fontes de renda contidas na Pnad a partir do uso de registros administrativos disponíveis já para julho e agosto de 2013, incorporando à análise as variações da renda dos benefícios da previdência social e dos benefícios do Bolsa Família.

O ano de 2013 se revela desafiador para ser antecipado a começar pela aceleração inesperada do PIB total entre o primeiro e o segundo trimestre, nos quais cresceu, respectivamente, a taxas trimestrais de 0,6% e 1,5%. Este último equivale a uma taxa de crescimento anualizada de cerca 6%. As manifestações de rua acontecidas em junho adicionaram questões sobre as mudanças dos fundamentos sociais e econômicos do ano em curso.

5.1 Média e Mediana de Renda

Analisamos inicialmente a média da renda domiciliar per capita do habitual trabalho na população entre 15 e 60 anos de idade através do conceito habitual que também é o utilizado na Pnad. Medimos a evolução da variação da média de renda PME para períodos de 12 meses terminados ao longo 2013 *vis-à-vis* o respectivo período do ano anterior. Esse procedimento permite endereçar questões sazonais presentes em séries mensais. O gráfico 27 mostra que o crescimento das rendas média e mediana per capita com relação ao mesmo mês do ano anterior, que vinha se mantendo estável em médias anuais em todos os anos das séries pregressas com exceção do ano da crise de 2009, experimenta uma forte oscilação com viés descendente entre fevereiro e junho de 2013 e volta a se recuperar nos meses de julho e agosto de 2013, embora com alguma oscilação.

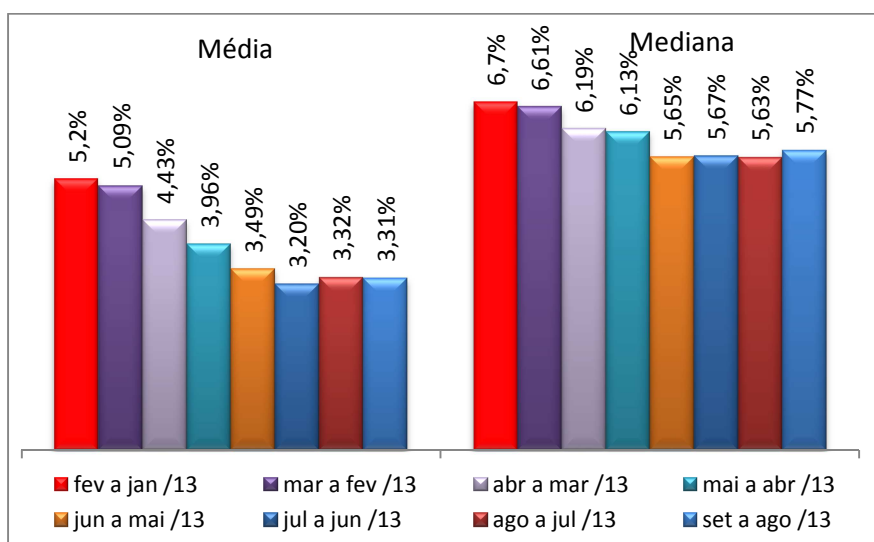
Gráfico 27. Crescimento de 12 meses Mês a Mês Renda Per Capita do Trabalho 15 a 60 anos



Fonte: Ipea a partir dos microdados da PME/IBGE

O gráfico 28 suaviza os movimentos de alta frequência através de médias móveis de 12 meses. Ele revela uma paulatina desaceleração do crescimento da renda per capita real média do trabalho de 12 meses ao longo do primeiro semestre de 2013. Saindo de 5,2% nos 12 meses terminados em janeiro de 2013 e atingindo 3,2% em junho de 2013 com aceleração posterior atingindo 3,31% em agosto de 2013. Neste ínterim, há também desaceleração da mediana de 6,7% em janeiro para 5,65% em junho, seguida de recuperação para 5,77%. Ou seja, a queda de crescimento de 2 pontos de porcentagem no crescimento da média se reflete numa redução de 1 ponto de porcentagem para mediana de renda, indicando queda da desigualdade no período.

Gráfico 28. Crescimento 12 meses Média Móvel de 12 Meses - Renda Per Capita do Trabalho (15 a 60)

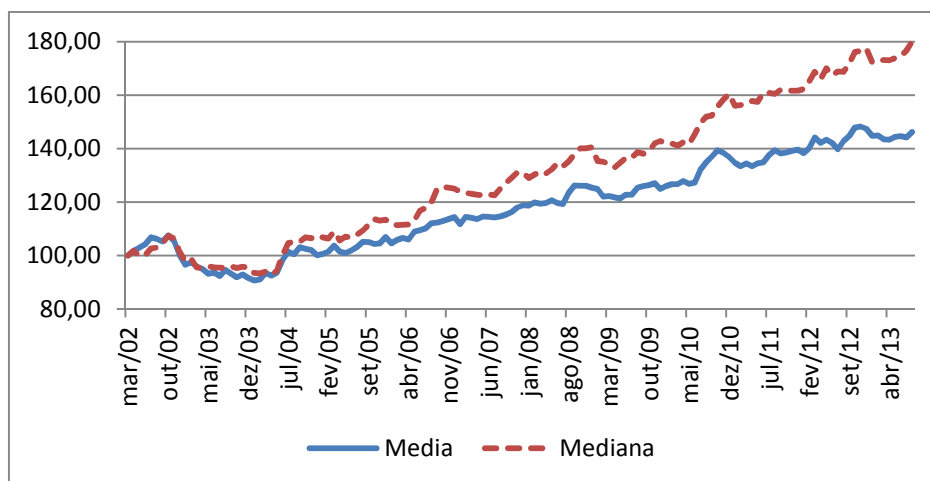


Fonte: Ipea a partir dos microdados da PME/IBGE

Abordamos a seguir as diferenças entre as tendências da média e mediana de renda, normalizadas, saindo do número-índice base 100 no começo da série da nova PME. Observamos contínuo descolamento da tendência das séries a partir de meados de 2004

culminando numa diferença acumulada de 28% favorável a mediana que atinge 72% de crescimento contra 44,2% da média. Nos últimos três anos terminados em agosto de 2013 observamos um descolamento de 11,1 pontos de porcentagem com a média crescendo 8,4% contra 19,5% da mediana.

Gráfico 29. Renda Per Capita do Trabalho (15 a 60 anos) – Número-Índice de Março de 2002=100

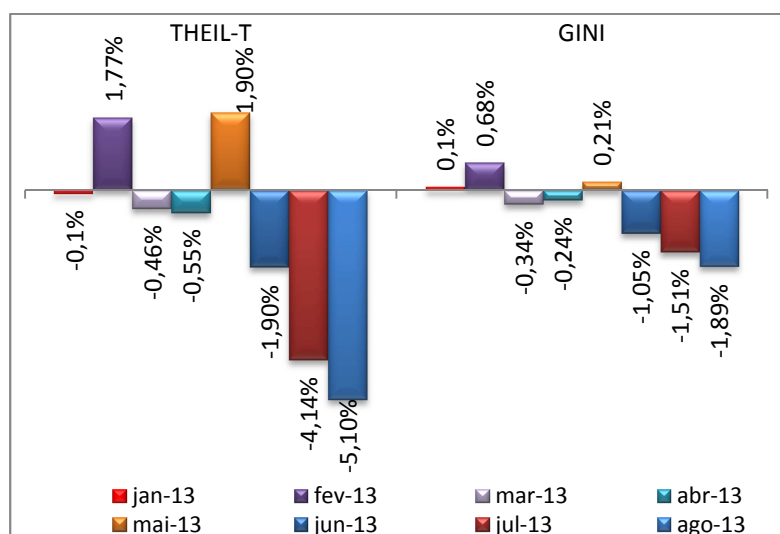


Fonte: Ipea a partir dos microdados da PME/IBGE

5.2 Desigualdade

Passamos agora à medição da evolução da desigualdade de renda per capita do trabalho através dos índices de Gini e Theil-T. À semelhança da evolução média, houve instabilidade no comportamento das medidas de desigualdade de renda do trabalho entre fevereiro e junho de 2013, recuperando aceleração de queda anterior segundo as duas medidas analisadas.

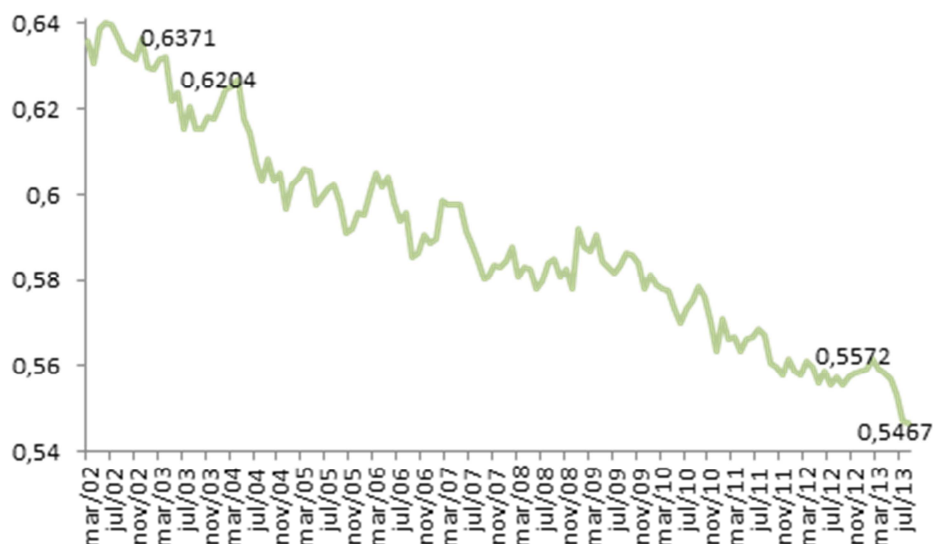
Gráfico 30. Crescimento 12 meses Mês a Mês da Desigualdade Renda Per Capita do Trabalho (15 a 60)



Fonte: Ipea a partir dos microdados da PME/IBGE

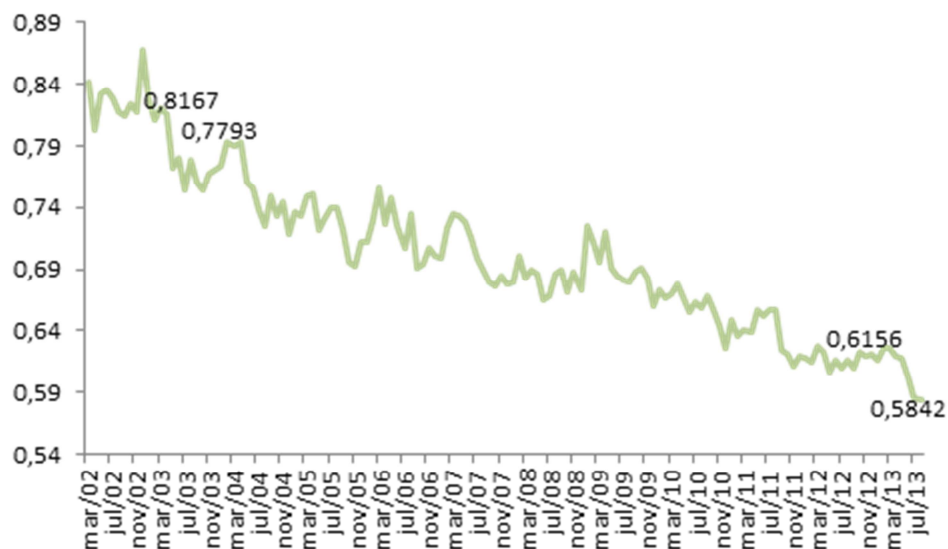
Apresentamos nos gráficos 31 e 32 as séries mensais dos indicadores de desigualdade supracitados de forma a oferecer uma visão mais ampla das mudanças de prazo mais longo ante as mudanças recentes. A desaceleração da queda da desigualdade do trabalho na PME em 2012 é visível nas duas séries abaixo, seguida da posterior retomada em abril de 2013. Exemplificando pelo índice de Gini que fica estável entre fevereiro de 2012 e Março de 2013 em torno de 0,561 depois volta a cair atingindo 0,547 em agosto de 2013.

Gráfico 31. Desigualdade Renda Per Capita do Trabalho (15 a 60 anos) - Índice de Gini



Fonte: Ipea a partir dos microdados da PME/IBGE

Gráfico 32. Desigualdade Renda Per Capita do Trabalho (15 a 60 anos) - Índice Theil-T



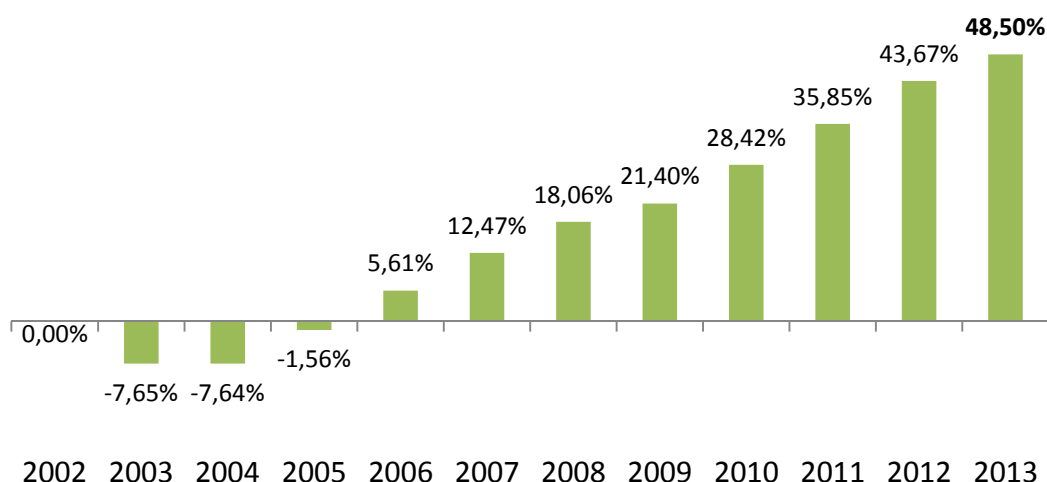
Fonte: Ipea a partir dos microdados da PME/IBGE

5.3 Efeito-ano

Realizamos na PME, entre 2003 e 2012, exercício de análise da renda domiciliar per capita controlada por meio de regressões por características sociodemográficas como sexo, idade, cor, região metropolitana, posição na família e escolaridade do chefe, de forma a isolar os efeitos temporais das mudanças nessas características observadas. Usamos especificação tradicional log-linear e variáveis *dummies* mensais de forma a permitir a comparação com anos incompletos como 2002, iniciado em março, e 2013, cujo último mês disponível é agosto. Os dados mostram que a renda controlada vem crescendo ano a ano e que o maior salto se deu entre 2011 e 2012, mas com tendência de continuidade de alta em 2013. O “efeito-ano” acumulado tomando como base 2002 passa de 43,7% em 2012 para 48,5% em 2013. Há incremento de 4,83 pontos percentuais superior à média do período 2002 a 2013, de 4,2 pontos por ano. Ou seja, mesmo comparando pessoas iguais em anos diferentes, 2013 não pode ser considerado – pelo que foi observado como um todo até agosto – como um ano desfavorável em termos de crescimento de renda, pelo contrário.

Gráfico 33. Equação de renda *per capita* - efeito ano

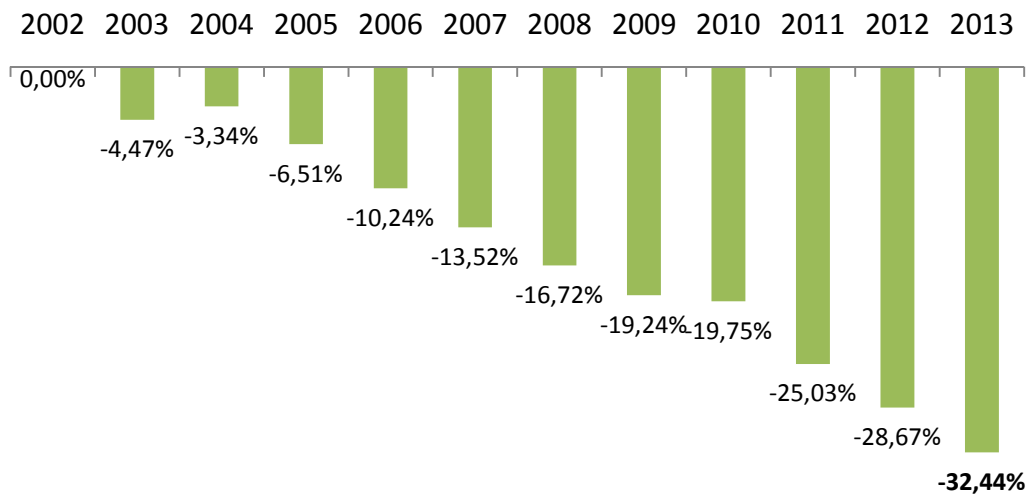
(Base = 2002)



Fonte: Ipea a partir dos microdados da PME/IBGE.

Um segundo exercício interage a variável ano com educação. Analisando a categoria mais alta, de 11 anos ou mais de estudo, tomando como base as pessoas com 1 ano ou menos de escolaridade, há queda cumulativa do retorno da educação a partir de 2004. Em 2012, a queda acumulada do retorno da educação em relação a 2002 é de 28,7%, passando para 32,4% em 2013. Entre 2012 e 2013 a queda é de 3,77 pontos de porcentagem, indicando que, neste ano em curso, a alta da escolaridade continua a contribuir para a redução da desigualdade num ritmo superior ao do período 2002 a 2013 (cerca de 3 pontos percentuais por ano).

Gráfico 34. Equação de renda *per capita* – *dummies* interativas
(Variação sobre 2002 no retorno da alta educação)



Fonte: Ipea a partir dos microdados da PME/IBGE.

6 Conclusões

Crescimento - O crescimento brasileiro em 2012 decepcionou, mesmo na comparação com as previsões mais pessimistas. A frustração do chamado “PIBinho” contrasta com os resultados positivos do avanço da média de renda pela Pnad 2012, que supera quase todos os 30 últimos anos brasileiros – as exceções são 1986, ano do Cruzado, e 2006.

Se quisermos ir além deste paradoxo, devemos nos debruçar de maneira sistemática sobre o conjunto de dados. A nossa pergunta básica é: o período de progresso brasileiro observado desde 2003 terminou em 2012 ou em 2013? Em que dimensões?

Uma maneira simples e direta de sintetizar os efeitos de mudanças no crescimento e na desigualdade de renda é usar a mediana da renda. Se no período de 2002 a 2012 o PIB e a renda média da Pnad cresceram a taxas de 2,59% e 3,65% ao ano, a renda mediana da Pnad cresceu a 5,64% ao ano. Ou seja, o João da Silva que habita o meio da distribuição de renda brasileira cresceu nesse período a taxas indianas contra as taxas belgas do PIB.

A discrepância de taxas de crescimento entre o PIB e a renda das famílias é ainda maior em 2012, tal como captada pela Pnad. Em 2012, enquanto o PIB cresceu 0,9% e o PIB per capita cresceu algo próximo de zero, a renda per capita média das famílias cresceu 7,98%.

Uma das vantagens da PME é a velocidade, superior à das contas nacionais. Ela nos permite averiguar hoje a magnitude da desaceleração trabalhista do primeiro semestre do ano de 2013, com reversão das tendências de melhora de renda média e de desigualdade entre março e maio de 2013, com posterior recuperação das tendências anteriores. Hoje sabemos precisar as taxa de crescimento de média e mediana de 2,38% e 6,8%, respectivamente, na comparação de agosto de 2013 com o mesmo período do ano anterior. A retomada pós segundo trimestre foi confirmada pelos dados de desigualdade da PME de agosto, cujos índices de Gini e Theil-T caem 1,89% e 5,1% quando comparados ao ano que passou.

Apesar de suas limitações, todas as principais inflexões da distribuição de renda no contexto brasileiro nos últimos 30 anos foram inicialmente antecipadas pela PME. Segundo a Pnad, a renda do trabalho corresponde a 81% nas seis principais áreas metropolitanas cobertas pela PME. Além disso, a renda per capita total foi impulsionada pelo aumento real per capita de 13,1% em agosto (número similar à média do ano até agosto) nos benefícios do Bolsa Família sob a égide do lançamento do Brasil Carinhoso em maio de 2012 e sucessivas expansões e melhoramentos do programa ocorridos em setembro de 2012, dezembro de 2012 e março de 2013. Já descontada a inflação pelo INPC e o crescimento populacional, o valor real per capita dos benefícios previdenciários pagos pelo INSS cresceu 4,06% em julho de 2013 quando comparado com o mesmo mês no ano anterior. Em outras palavras, as estimativas de crescimento restritas à renda do trabalho apresentadas para 2013 são conservadoras.

Igualdade - A desigualdade segundo o Gini se manteve estabilizada em 2012 em torno de 0,526. Entretanto, ela contribuiu com 50,5% para a queda da extrema pobreza observada de 15% no último ano, velocidade cinco vezes mais rápida que a requerida pela meta do milênio da ONU.

Na repercussão imediata ao lançamento da Pnad, deu-se muita ênfase ao crescimento de renda dos mais ricos. De fato os 5% mais ricos tiveram no último ano crescimento de 9,4%, contra 7,98% da média geral da nação. Contudo, os 40% mais pobres tiveram crescimento de 9,87%; e os 10% mais pobres, de 14%. Na verdade, a desigualdade ficou praticamente estável pelo índice de Gini, porém a queda foi maior segundo outras medidas mais sensíveis à base da distribuição. Mesmo aceitando a estabilidade da desigualdade pelo Gini, o fato é todos os

vintis até o meio da distribuição de renda cresceram acima da média e os 5% mais pobres cresceram 20% em 2012, estatística de fazer inveja a qualquer chinês. Como consequência, a extrema pobreza caiu.

Se todos os brasileiros e as brasileiras tivessem crescimento de renda de 8% exatos, qualquer medida de desigualdade ficaria, por definição, parada. A pobreza cairia, por conta do crescimento balanceado. Entretanto, a extrema pobreza caiu o dobro do que cairia, pois, se a mudança da distribuição de renda favoreceu aos ricos, ela favoreceu mais ainda os mais pobres. Ou seja, há muitas maneiras da medida de desigualdade ficar estável, uma é todos melhorarem (ou piorarem juntos). No ano passado, as mudanças de renda favoreceram a todos, em especial aos mais pobres.

Em suma, podemos dizer que, apesar da estagnação no avanço do PIB em 2012, os atributos desejáveis do desenvolvimento se mantiveram *vis-à-vis* os do período de ouro pós-recessão de 2003. A começar pela magnitude da expansão da renda per capita captada a partir de pesquisas domiciliares, a queda da desigualdade foi interrompida segundo alguns indicadores como o Gini, mas não só voltou com força em 2013, como proporcionou uma queda de extrema pobreza duas vezes superior àquela observada por conta do crescimento balanceado.

7 Referências bibliográficas

- BARROS, R .P. de; MENDONÇA, R, Rosane; NERI, M. C. **Pobreza e inflação no Brasil: uma análise agregada**. In: Economia Brasileira em Perspectiva 1996, Rio de Janeiro:
- CARDOSO, E.; BARROS, R.; URANI, A. **Inflation and unemployment as determinants of inequality in Brazil: the 1980s**, Chapter 5. In: DORNBUSCH, R.; EDWARDS, S. (Eds.), *Reform, recovery and growth: Latin America and the Middle-East*. Chicago: University of Chicago Press for the NBER, 1995.
- DATT, G.; RAVALLION, M. Growth and redistribution components of changes in poverty measures: a decomposition with applications to Brazil and India in the 1980s. **Journal of Development Economics**, v. 38, p. 275–295, 1992.
- FIELDS, G. S. *Distribution and Development: A New Look at the Developing World*. New York: MIT Press, 2002.
- FOSTER, J., GREER, J., & THORBECKE, E. (1984). A class of decomposable poverty measures. **Econometrica**, 52(3), 761–766.
- HOFFMANN, R. How to measure the progressivity of an income component. **Applied Economics Letters**, v. 20, n. 4, p. 328–331, 2013.
- HOFFMANN, R. O índice de desigualdade de Theil-Atkinson. **Revista de Econometria**, v. 11, n. 2, p. 143-160. Rio de Janeiro, 1991.
- HOFFMANN, R.. **Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004**. *Econômica*, V. 8, N. 1, P. 55-81, 2006.
- KAKWANI, N.; NERI, M.; SON, H. **Linkages between pro-poor growth, social programmes labour market: the recent Brazilian experience**. *World Development*, vol 38, N.6, 2010
- KAKWANI, N. On measuring growth and inequality components of poverty with application to Thailand. **Journal of Quantitative Economics**, v. 16, p. 67–80, 2000.
- KAKWANI, N.; SUBBARAO, K. Rural Poverty and Its Alleviation in India. **Economic and Political Weekly**, v. 25, n. 13, p. A2–A16, 1990.
- LERMAN, R. I.; YITZHAKI, S. Income inequality effects by income source: a new approach and applications to the United States. **The Review of Economics and Statistics**, v. 67, n. 1, p. 151–156, 1986.
- MDS. **Matriz de Informação Social**. Disponível em: <www.mds.gov.br>.
- MEDEIROS, M. Uma Introdução às representações gráficas da desigualdade de renda. Ipea: Brasília, 2006. (Texto para discussão, no. 1202).
- MPS. **Boletim Estatístico da Previdência Social**. Brasília: MPS, diversos volumes.

NERI, M. 2012: Desenvolvimento Inclusivo Sustentável?. Ipea: Brasília, 2012. (Comunicados do Ipea, n. 158)


NERI, M. C. **A Nova Classe Média: O Lado Brilhante da Base da Pirâmide**, Editora Saraiva, São Paulo, 2011. 312 p.

NERI, M., SOUZA, P. A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda. Ipea: Brasília, 2012. (Comunicados do Ipea, n. 155)

SEN, A. Inequality reexamined. Harvard University Press, 1992.

SOARES, S. Análise de bem-estar e decomposição por fatores da queda na desigualdade entre 1995 e 2004. **Econômica**, v. 8, n. 1, p. 83–115, 2006.

STIGLITZ, J.; SEN, A e FITOUSHI, **Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress**, 2009. September, 2009.



Ipea – Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República